



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA**

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A INSERÇÃO DA SOCIEDADE NA
PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS: O CASO DO FORTIM DO
QUEIJO EM OLINDA-PE**

ELIEL MARTINS DA SILVA

Recife, 2024

ELIEL MARTINS DA SILVA

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A INSERÇÃO DA SOCIEDADE NA
PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS: O CASO DO FORTIM DO
QUEIJO EM OLINDA-PE**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Arqueologia como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção título de bacharel em Arqueologia na Universidade Federal do Pernambuco.

Orientadora: Profa. Ana Catarina Peregrino Torres Ramos

Recife, 2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Martins da Silva, Eliel.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A INSERÇÃO DA SOCIEDADE NA
PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS: O CASO DO FORTIM DO
QUEIJO EM OLINDA-PE / Eliel Martins da Silva. - Recife, 2024.

78 : il.

Orientador(a): Ana Catarina Peregrino Torres Ramos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Arqueologia -
Bacharelado, 2024.

Inclui referências, apêndices.

1. Educação Patrimonial. 2. Fortim do Queijo. 3. Patrimônio Cultural. I.
Peregrino Torres Ramos, Ana Catarina . (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

ELIEL MARTINS DA SILVA

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A INSERÇÃO DA SOCIEDADE NA
PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS: O CASO DO FORTIM DO
QUEIJO EM OLINDA-PE**

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Ana Catarina Peregrino Torres Ramos

Prof. Ricardo Pinto de Medeiros

Prof. Fernando Antônio Guerra de Souza

Para todos que me ajudaram na caminhada, com amor.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que contribuíram para minha formação como bacharel em arqueologia. Primeiramente, agradeço a Deus por estarem sempre presentes na minha vida. Agradeço a minha família, minha mãe Elda, meu pai Edvaldo, meus irmãos Nayara e Oziel, minha tia Midiam e meus avós, por terem me incentivado a nunca desistir dos meus sonhos. Agradeço a meu namorado, por ter me auxiliado sempre que preciso, você é luz Allyson Santana.

Essa jornada foi árdua, pois houve muitos momentos difíceis para chegar até aqui, a pandemia da covid-19 mostrou como seria uma graduação totalmente diferente do esperado, embora esse infortúnio momento, que nos fez ficar reclusos, consegui me aproximar dos meus amigos de graduação, que hoje ocupam um lugar muito especial no meu coração (Mariana, Bianca, Cida, Regina, Lívia, Rômulo, Camily, Marília, Jacqueline, Amanda, Ingrid, tantos outros) - *“And I don't know/how it gets better than this,/You take my hand and drag me headfirst/ Fearless!”*

Agradeço a meus amigos de longa data (Isabel, Ed, Silas, Denizy, entre outros), vocês são incríveis. Também gostaria de agradecer a todos meus supervisores de estágio, pelos ensinamentos na área profissional. E minha orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso profa. Ana Catarina P. T. R..

Por fim, agradeço a todos aqueles que passaram no meu caminho, pois não seria quem sou hoje sem vocês. E agradeço a mim, por nunca ter desistido de enfrentar as dificuldades diariamente - *“Everything you lose is a step you take,/ So, make the friendship bracelets, take the moment and taste it/ You've got no reason to be afraid”*.

And if you never bleed, you're never gonna grow

- Taylor Swift

RESUMO

O presente trabalho foi elaborado a fim de se buscar uma maneira de inserir a população na elaboração de ações em Educação Patrimonial, para resolver a questão da invisibilidade do Sítio Arqueológico Forte de São Francisco, em Olinda–PE, conhecido como Fortim do Queijo, uma vez que o bem se encontra invisibilizado pela comunidade local e frequentemente é alvo de degradação e vandalismo, fato agravado por se encontrar em espaço urbano. Para tal foi necessário dar voz à comunidade local e aos turistas, públicos-alvo das consultas realizadas, utilizando entrevistas semiestruturadas como ferramenta que permitiu a coleta de informações necessárias à realização das ações pretendidas. Com os resultados obtidos, foi possível elaborar ações de forma dialógica e ativa, em uma escola próxima ao Fortim do Queijo, Escola Sigismundo Gonçalves, nas turmas de Fundamental II, local escolhido para realizar as ações. Assim, a fim de despertar nos estudantes o sentimento de pertencimento e conseqüentemente ajudar na preservação do sítio arqueológico em questão, foram elaboradas ações baseadas em diálogos abertos com os estudantes sobre a história e importância do forte como bem patrimonial, utilizando uma vasta pesquisa bibliográfica e imagética, visando reunir o máximo de informações acerca da trajetória do Forte durante os séculos. Ainda, como metodologia de pesquisa, foram utilizadas tecnologias inovadoras como a elaboração e impressão tridimensional e tátil, da estrutura física do Fortim, através da impressora 3D, e imersão tridimensional com o auxílio dos óculos VR (realidade virtual), com o intuito de auxiliar nesses diálogos, o que resultou numa excelente interação, propiciando uma produtiva troca de informações, fazendo com que o objetivo principal deste trabalho fosse atingido.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Fortim do Queijo; Patrimônio Cultural

ABSTRACT

This work was prepared in order to find a way to include the population in the development of actions in Heritage Education, to resolve the issue of the invisibility of the Forte de São Francisco Archaeological Site, in Olinda–PE, known as Fortim do Queijo, a since the property is invisible to the local community and is often the target of degradation and vandalism, a fact made worse by being located in an urban space. To this end, it was necessary to give a voice to the local community and tourists, the target audiences for the consultations carried out, using semi-structured interviews as a tool that allowed the collection of information necessary to carry out the intended actions. With the results obtained, it was possible to develop actions in a dialogical and active way, in a school close to Fortim do Queijo, Sigismundo Gonçalves School, in Elementary II classes, the place chosen to carry out the actions. Thus, in order to awaken in students a feeling of belonging and consequently help in the preservation of the archaeological site in question, actions were developed based on open dialogues with students about the history and importance of the fort as a heritage asset, using extensive bibliographical and imagery, aiming to gather as much information as possible about the Fort's trajectory over the centuries. Furthermore, as a research methodology, innovative technologies were used, such as the elaboration and three-dimensional and tactile printing of the Fortim's physical structure, using a 3D printer, and three-dimensional immersion with the aid of VR glasses (virtual reality), with the aim of assisting in these dialogues, which resulted in an excellent interaction, providing a productive exchange of information, ensuring that the main objective of this work was achieved.

Keywords: Heritage Education; Fortim do Queijo; Cultural heritage

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Fortim do Queijo, Olinda-PE.....	30
Figura 2: Civitas Olinda.....	32
Figura 3: Marin d’Olinda de Pernambuco.....	33
Figura 4: Cópia da Planta e Perfil do Forte, 1808.....	34
Figura 5: Croqui do Forte de São Francisco, 1950.....	35
Figura 6: Planta baixa do Forte, 1950.....	36
Figura 7: Travessa do Fortim em Olinda (PE), 1957.....	37
Figura 8: Casa na Travessa do Fortim em Olinda (PE), 1957.....	37
Figura 9: Trabalho de restauração da década de 1970, no Forte de São Francisco.....	38
Figura 10: Trabalhadores na restauração do Forte.....	38
Figura 11: Feirinha atrás do Forte.....	40
Figura 12: Barracas ao redor do Forte.....	40
Figura 13: Comerciantes no local.....	41
Figura 14: Comerciantes conversando.....	42
Figura 15: Fortim erguido no Revit.....	48
Figura 16: Ajustes de dimensionamento da peça no PrusaSlicer.....	49
Figura 17: Arquivo Fatiado no PrusaSlicer indicando tempo de impressão e os passos de cada momento a ser impresso.....	50
Figura 18: Impressão do Fortim em uma impressora Creality Ender 3 S1 Pro.....	51
Figura 19: Panorama 3D para ser usado em óculos VR.....	52
Figura 20: Gráfico de respostas.....	53
Figura 21: Gráfico de respostas 2.....	54
Figura 22: Gráfico de respostas 3.....	56
Figura 23: Turmas 6º e 7º anos.....	58
Figura 24: Alunos com óculos VR.....	59
Figura 25: Fortificação impressa em 3D.....	60

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1. Arqueologia Pública.....	17
2.2. Patrimônio Cultural e sua proteção.....	19
2.3. Educação Patrimonial.....	21
2.3.1 O Legado de Paulo Freire na Educação Patrimonial.....	25
2.4. Abordagem Participativa: inserção da sociedade na defesa do patrimônio arqueológico.....	27
3. O FORTIM DO QUEIJO, EM OLINDA.....	30
3.1. Século XVII (1601-1700).....	31
3.2. Séculos XVIII e XIX (1701-1900).....	33
3.3. Século XX (1901-2000).....	35
3.4. Século XXI (2001 até o presente).....	42
4. MÉTODOS E TÉCNICAS.....	44
4.1. Aplicação de entrevista semiestruturada.....	44
4.2. Utilização de tecnologias de inovação aplicadas às Atividades de Educação Patrimonial.....	47
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	53
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
8. APÊNDICE.....	69

APÊNDICE

Apêndice 1: Slide, Fortim do Queijo (6º, 7º, 8º e 9º anos).....	69
Apêndice 2: Folheto, Fortim do Queijo.....	79

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AP - Arqueologia Pública

BIM - Modelagem da Informação da Construção

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CEDUC - Coordenação de Educação Patrimonial

CNSA - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

DAF - Departamento de Articulação e Fomento

DECOF - Departamento de Cooperação e Fomento

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EP - Educação Patrimonial

GEDUC - Gerência de Educação Patrimonial e Projetos

ICAHM-ICOMOS - Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico

I ENEP - I Encontro Nacional de Educação Patrimonial

IHO - Instituto Histórico de Olinda

II ENEP - II Encontro Nacional de Educação Patrimonial

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC - Ministério da Educação

SNPC - Sistema Nacional de Patrimônio Cultural

SPHAN - Serviço do Patrimônio Artístico Nacional

Unb - Universidade Federal de Brasília

URB-Olinda - Empresa Urbanização e Desenvolvimento Integrado de Olinda

VR - Realidade Virtual

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, especialmente nos do século XX, uma crescente preocupação começou a tomar conta dos debates acerca de como se poderia contribuir na ampliação da preservação dos Patrimônios Culturais. O principal objetivo era despertar nas comunidades próximas aos bens patrimoniais o sentimento de pertencimento, tornando-as aliadas na luta pela preservação. Desse modo, surge a Educação Patrimonial, instrumento capaz de fazer a ligação, por meio de ações mediadoras, entre a sociedade e o patrimônio, elaborando estratégias que minimizem os impactos negativos contra os bens patrimoniais e disseminem a sua importância.

O termo Educação Patrimonial surgiu na década de 1980, sofrendo ao longo dos anos críticas, reflexões e ressignificações. Na percepção de Horta; Grunberg; Monteiro (1999) trata-se de “(...) um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” que levam as pessoas “(...) a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos (...)” (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 4).

No Brasil, a principal referência de Educação Patrimonial se deu através da publicação do “Guia Básico de Educação Patrimonial” do Museu Imperial (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999), que apresenta as diretrizes necessárias para exercê-la. Além disso, classifica essa abordagem como um instrumento capaz de realizar uma “Alfabetização Cultural”. Atualmente, uma nova visão domina o tema, a freiriana, de Paulo Freire, que introduz uma educação libertadora, efetiva e mais dialógica, desfavorecendo assim, o caráter instrutivista, termo descrito por Tolentino (2016), da “educação-bancária”, para uma educação capaz apenas de transmitir conhecimento.

Para que isso seja viável, é de suma importância a inserção das comunidades nas ações educacionais voltadas ao patrimônio, tendo em vista que são elas as guardiãs das suas vivências e memórias e as únicas capazes de resgatar a identidade local. Através disso é

possível incentivar o espírito crítico dos indivíduos que compõem a estrutura social desses lugares, tornando-os pessoas ativas na sociedade e na defesa dos patrimônios culturais.

Utilizar a Educação Patrimonial como instrumento auxiliar ao trabalho do arqueólogo, faz com que os bens arqueológicos alcancem a sociedade. Entretanto, para que isso seja viável, é importante seguir os fundamentos da Arqueologia Pública que está há anos à frente de grandes debates acerca do papel social do arqueólogo, da urgência na preservação dos sítios arqueológicos, bem como na inserção da sociedade em ações educativas para a manutenção do patrimônio cultural.

Logo, entende-se a importância de ampliar o alcance da arqueologia como ciência, com o objetivo específico de democratizar o acesso à informação e exercer, conseqüentemente, a preservação dos sítios arqueológicos, bem como, construir novos significados junto às comunidades, através do diálogo na troca de conhecimentos. Dessa maneira, optou-se por realizar ações de Educação Patrimonial voltadas ao Sítio Arqueológico Fortim do Queijo, conhecido como Forte de São Francisco, uma fortificação militar do século XVII, localizado na praia de São Francisco, no Carmo, em Olinda, Pernambuco.

Por se tratar de um sítio arqueológico, local que por razões específicas mantém preservados os vestígios tangíveis da presença e das atividades humanas (Prous, 1997), a escolha do Fortim do Queijo, está atrelada às poucas referências bibliográficas e imagéticas que existem sobre a história desse Fortim e a invisibilidade do bem, que, mesmo estando em um grande espaço urbano e conservado, a população não o conhece ou se identifica com ele, sendo frequentemente alvo de depredação e vandalismo.

Dessa forma questiona-se de que maneira será possível inserir a população na elaboração de ações em Educação Patrimonial voltadas ao conhecimento e visibilidade do Fortim do Queijo? Primeiramente é preciso compreender a necessidade de preservação através do conhecimento da história desse fortim e sua contribuição para a Cidade de Olinda e para a história do País, além do seu valor arqueológico e cultural. Em seguida, é necessário dar voz à comunidade local e às pessoas ao seu redor, já que isto é fundamental para que se possa responder à problemática apresentada, mediante um diálogo participativo.

Para que isso fosse possível, foi feita uma busca sobre a história do Fortim, por meio de pesquisa bibliográfica e imagética, documentações primárias, cronistas e mapas. Levando em consideração o local onde seriam realizadas as atividades de Educação Patrimonial, foi

definido o público-alvo para elaboração de entrevista semiestruturada, a ser aplicada com a comunidade local, como forma de dar voz aos mesmos numa conversa fluida onde pudessem ser coletados os dados relativos ao objeto de pesquisa desse trabalho. Por meio da entrevista foi possível obter dados descritivos na linguagem dos próprios entrevistados sobre suas percepções sobre o fortim, mostrando algumas lacunas sobre seu conhecimento, e a possibilidade de adaptar os resultados obtidos para estruturar as atividades efetuadas junto aos alunos do Ensino Fundamental II, da Escola Sigismundo Gonçalves. Escola escolhida por estar localizada na comunidade local e por ser a mais próxima do Forte.

Como menciona a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), “é importante fortalecer a autonomia dos adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação” e que nessa etapa “ampliam-se os vínculos sociais e os laços afetivos, as possibilidades intelectuais e a capacidade de raciocínios mais abstratos. (...) tornam-se mais capazes de ver e avaliar os fatos pelo ponto de vista do outro, exercendo a capacidade de descentralização”, possibilitando ações de Educação Patrimonial críticas e dialógicas. O que deixa claro a importância de interagir com esse público, a fim de alcançar o reconhecimento e a preservação do Sítio Arqueológico Fortim do Queijo (BNCC, 2018, p. 60).

Além dos diálogos e interações sobre a temática, para atrair a atenção dos alunos, foi feita a aplicação de uma imersão tridimensional e tátil do bem arqueológico, em questão, por meio de software e impressão 3D, permitindo uma experiência muito mais envolvente e realista, já que, com esse tipo de tecnologia, pode-se explorar diferentes espaços com uma sensação de profundidade e uma perspectiva capaz de nos transportar para dentro da cena, proporcionando uma vivência imersiva e emocionante.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Arqueologia Pública

Há alguns anos, a arqueologia pública está à frente de grandes debates acerca do papel social do arqueólogo, da urgência na preservação dos sítios arqueológicos e da inserção da sociedade, de maneira participativa, em ações educativas para a manutenção do patrimônio cultural.

O conceito de Arqueologia Pública surgiu no começo da década de 1970, através da publicação da obra do arqueólogo norte-americano e professor de Antropologia da Universidade da Louisiana, Charles R. McGimsey III. Intitulada *Public Archeology* (1972), a obra deriva através das reflexões sobre o acelerado problema de destruição de sítios arqueológicos, visto que, entre 1960 e 1970, os Estados Unidos estavam passando por uma crescente urbanização, como também o processo de industrialização. Tais ações causavam ameaças aos recursos culturais do país, fazendo com que a preservação dos materiais arqueológicos fosse comprometida, devido ao alto interesse pelos mesmos, acarretando assim escavações amadoras, vandalismo e até mesmo o mercado ilícito, entre outros. Assim, despertando no autor a necessidade da revisão do papel profissional dos arqueólogos, para que pudessem se envolver nestes processos (Fernandes, 2007).

Segundo Fernandes (2007), nos anos 1980 e 1990, surgem novos aspectos públicos e políticos para enfatizar a arqueologia:

Os proponentes do pós-processualismo baseados na 'teoria crítica' argumentam que quando o passado é interpretado e torna-se história, também tende a transformar-se em ideologia. (LEONE et. al. 1987 apud JAMESON, 2004). (...) esta abordagem questiona a dualidade existente entre teoria e prática na arqueologia tradicional visualizando a necessidade de junção de ambos os elementos, em um senso de prática social, cujo conjunto denomina-se de práxis. No ponto de vista de Hodder (1996), teoria e pensamento são construções sociais e não podem ser separados da prática da vida social, pois a teoria e a prática são indissociáveis. (Fernandes, 2007, p. 25)

Essa nova visão, fez com que a Arqueologia Pública (AP) alcançasse mais espaços, como também possibilitou a interligação da Arqueologia com a Educação. Como aponta Carvalho e Funari (2009), ao mencionar o Professor Arqueólogo, Sueco, Cornelius Holtorf, que destaca seus três modelos, os quais caracterizam o trabalho de um arqueólogo no campo da AP, que reforçam esse alcance.

O primeiro modelo, Educação, destaca uma persistência nas abordagens iluministas, que separa a sociedade e a academia, as taxando como instituições isoladas. Tendo essa perspectiva em mente, os arqueólogos se posicionam como os possuidores da verdade acerca do passado, acreditando reconstruir o mais fiel possível os períodos históricos por meio de uma análise material. Por sua vez, a Arqueologia é considerada uma ciência mais neutra e exata, vista como uma maneira de educar os demais indivíduos sobre o seu próprio passado. Assim, não havendo espaço para debates entre os possuidores da verdade, ou seja, os arqueólogos e a sociedade em geral. Visto que, apenas os arqueólogos e seus colegas são vistos como capazes de debater o passado através dos vestígios (Carvalho, Funari, 2009).

O segundo modelo, Relação Pública, está, na arqueologia, associado à vertente da relação pública, que busca mudar a imagem dessa ciência para a sociedade, garantindo, assim, um apoio social que seja capaz de viabilizar a continuidade das atividades arqueológicas. Reconhecendo, dessa forma, a existência das demais demandas sociais que não estão diretamente associadas à arqueologia, como, saúde, alimentação, habitação, entre outros. As quais costumam receber prioridade em relação a financiamento em comparação com os projetos arqueológicos. Logo, para que a disciplina sobreviva, é crucial apresentar à sociedade a relevância dos trabalhos realizados pelos arqueólogos e suas memórias. Essa é a forma para justificar o financiamento público, como também, outros apoios de diversas formas (Carvalho, Funari, 2009).

Assim, o objetivo não se limita apenas à educação acerca do passado, é também, uma importância contínua da Arqueologia na sociedade contemporânea. Carvalho e Funari menciona que “a propaganda dos trabalhos arqueológicos, dentro do modelo Relação Pública, é feita através das mídias: da televisão, passando por filmes e documentários, até os jogos de computador, tudo é entendido como válido quando se trata de divulgação” (Carvalho, Funari, 2009, p. 2). É importante ressaltar que essa modalidade é capaz de simplificar a arqueologia e o passado, com a intenção de vender um produto que seja consumido (Carvalho, Funari, 2009).

Por fim, seu terceiro modelo, o Democrático, onde o conhecimento do arqueólogo é considerado como multifacetado, isto é, não possui a verdade absoluta. Assim, o arqueólogo não deve se pôr com uma autoridade inquestionável. A Arqueologia se expressa nessa modalidade como uma construção colaborativa do saber, disponibilizando as ferramentas para que todos possam contribuir com as perguntas e respostas a respeito dos temas abordados. Portanto, “os diálogos, as críticas e as reflexões acerca da cultura material, entre os arqueólogos e os não arqueólogos, são as maiores responsabilidades da AP.” (Carvalho, Funari, 2009, p. 4).

Posto isso, os modelos apresentados são possuidores de seus próprios pontos de vista, como menciona Carvalho e Funari (2009), os quais devem ser refletidos pelos arqueólogos para escolher de forma consciente sobre quais ações realizar na AP. Portanto, entendendo que “toda arqueologia, independentemente de seu recorte temático ou escolhas teórico-metodológicas, deveria ser, em essência, pública” (Carvalho; Funari, 2007 p. 133) e como tal, resulta de intercâmbios com a sociedade. Esta pesquisa se amparará no modelo Democrático de Arqueologia Pública, a fim de que ela possa auxiliar nas atividades de Educação Patrimonial. Visto que, ambas possuem o intuito de aproximar as ações dos arqueólogos com a sociedade fora da academia.

2.2. Patrimônio Cultural e sua proteção

Para entender melhor a Educação Patrimonial, é imprescindível compreender acerca do que se trata o patrimônio cultural, o seu valor e a importância da sua preservação. Um dos conceitos mais comuns sobre patrimônio é o mencionado por Horta (2000) a qual caracteriza-o como “um conjunto de bens e valores tangíveis e intangíveis, expressos em palavras, imagens, objetos, monumentos e sítios, ritos e celebrações, hábitos e atitudes (...)”. Entretanto, para chegar a essa definição, ocorreram modificações ao longo dos tempos sobre o que é Patrimônio Cultural, a fim de englobar todos os bens, e expressões culturais. Como podemos observar através das legislações, criadas com base na preocupação em preservá-los (Horta, 2000, p. 29 *apud* Saballa, 2007).

A definição mais antiga amparada judicialmente, no Brasil, se deu através do Decreto-Lei nº 25, de 1937 - primeiro instrumento legal de proteção patrimonial das américas - que além de conceituá-lo, substituiu a denominação Patrimônio Histórico e Artístico para Patrimônio Cultural Brasileiro, caracterizando-o como o “conjunto de bens móveis e imóveis

existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Assim, o cuidado com a proteção desse patrimônio, alcançou a Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, designando aos entes federativos uma atenção minuciosa aos bens em questão.

A carta magna no seu artigo de nº 23, demonstra as competências relativas à União, aos Estados, aos Municípios, bem como ao Distrito Federal, designando-os a exercer ações para proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos (Inciso III); no de nº 24, é apresentado a possibilidade da União, dos Estados e do Distrito Federal legislarem sobre determinadas matérias, cabendo à União legislar sobre normas gerais, enquanto aos Estados e Distrito Federal sobre normas específicas, destacando a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico (Inciso VII); artigo de nº 30, é apresentado as competências designadas aos municípios intimando-os na promoção de proteção dos patrimônios locais (Inciso IX) (Brasil, 1988).

Outros artigos, que ressaltam a importância da preservação dos patrimônios culturais são os de: nº 215, o qual destaca e garante o acesso a cultura nacional, a defesa e a valorização do patrimônio cultural brasileiro, exercida pelo Estado (I); o de nº 216, constitui um novo conceito para patrimônio cultural, agora descrito como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, podendo ser incluído: as formas de expressão (I), modos de criar, fazer e viver (II), entre outros. Além disso, o artigo de nº 216A instituiu o Sistema Nacional de Cultura, que tem como responsabilidade gerir e promover ações conjuntas de políticas públicas na área da cultura, de maneira permanente e democrática, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade (Brasil, 1988).

Em relação aos bens caracterizados como patrimônios arqueológicos, apenas em 1961, ganharam uma definição. Através da Lei nº 3.924, comumente conhecida como a Lei da Arqueologia, que apresenta as designações necessárias para a atuação de um arqueólogo e dispõem os patrimônios arqueológicos como bens da União.

2.3. Educação Patrimonial

No Brasil, o cuidado com Educação, com a finalidade de valorizar, preservar, como também, definir o Patrimônio Cultural, já era destaque desde a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN. Tal cuidado, se deu através do poeta Mário de Andrade, em 1930, ao ressaltar a dimensão pedagógica dos bens culturais nos museus; e pelo diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, que também compartilhava da mesma visão de Andrade, defendendo uma relação entre educação e a preservação dos patrimônios culturais brasileiros. Entretanto, apenas em 1970, com a liderança de Aloísio Magalhães, esses pensamentos começaram a ter mais voz. Agora as comunidades não eram apenas objetos de estudos, mas sujeitos vistos como “guardiões” do patrimônio (Florêncio, 2012)

No entanto, a Educação Patrimonial surgiu somente na década de 1980, por meio do Projeto Interação, coordenado pelo baiano José Silva Quintas, Mestre em Física e Professor da Universidade Federal de Brasília (UnB). Tal projeto foi elaborado com a participação de diversos órgãos culturais e entidades ligadas ao Ministério da Educação (MEC) (BIONDO, 2016) e tinha como objetivo, segundo as Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC, fortalecer e propiciar “condições necessárias para que o trabalho educacional se produzisse referenciado na dinâmica cultural, reafirmando a pluralidade e a diversidade cultural brasileira” (IPHAN, 2014).

Oficialmente, o termo Educação Patrimonial foi implementado no Brasil, em julho de 1983, através do I Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos - oriundo do Projeto de Integração, apresentado no Museu Imperial, na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro. A Educação Patrimonial foi introduzida, como uma metodologia, levando em consideração o modelo de *Heritage Education*, desenvolvido na Inglaterra por Maria de Lourdes Parreira Horta, Evelina Grunberg e Adriana Monteiro (BIONDO, 2016)

Anos após, em 1990, foi publicado a Carta de Proteção e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico, também conhecida como a Carta de Lausanne, pelo Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM – ICOMOS), integrando-a, assim, as Cartas Patrimoniais, as quais possuem uma grande importância para a humanidade. Nelas estão contidas as diretrizes a serem seguidas relacionadas à preservação e a manutenção

dos patrimônios culturais. A carta traz, em seu artigo de nº 7, algumas instruções a respeito de apresentações, informações e reconstituição, para o trabalho de um arqueólogo - o que se assemelha a realização de Educação Patrimonial, ao destacar:

A apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público é um meio de fazê-lo ascender ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas. Ao mesmo tempo, constitui o meio mais importante para fazê-lo compreender a necessidade de proteger o patrimônio (Carta de Lausanne, 1990).

Em 1999, o Museu Imperial apresentou a principal referência de Educação Patrimonial, ao publicar o Guia Básico de Educação Patrimonial, em parceria com o IPHAN (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999), destacando os métodos, conceitos e instruções de como exercê-la com o público. Porém, tal guia a destacava como uma forma de “Alfabetização Cultural”. Entretanto, Tolentino (2019) afirma que essa linha de pensamento, é vista como uma ferramenta para transmitir informações, que sua única finalidade é conscientizar e levar a “luz” do conhecimento para à população (Tolentino, 2019, p. 145).

Ao longo dos anos, a Educação Patrimonial vem adquirindo novas visões e a perspectiva de uma “Alfabetização Cultural” não se aplica atualmente. Na concepção de Paulo Freire a única maneira de desfavorecer o que chamava de educação bancária, onde o professor é colocado como detentor do conhecimento e o aluno apenas como depositário, seria através do diálogo e do respeito em sala de aula, onde precisamos aprender e ouvir, para encontrar soluções que atendam aos interesses da população, a chamada perspectiva freiriana. Tornando assim a Educação Patrimonial mais efetiva (Tolentino, 2019).

Por volta do ano 2000, o Departamento de Articulação e Fomento (DAF), atual Departamento de Cooperação e Fomento (DECOF), começou a estruturar e consolidar a Educação Patrimonial no IPHAN (Oliveira, 2011). Em 2002, foi instituído pela primeira vez, através do mesmo instituto, por meio da Portaria de nº 230, a Educação Patrimonial no trabalho dos arqueólogos, ficando estabelecido a obrigatoriedade dessa ação no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), presente na execução do Programa de Resgate Arqueológico, no artº 6, §7º (IPHAN, Portaria nº 230, 2002).

Em 2004, após a realização da I Reunião Técnica, em Pirenópolis, no estado de Goiás (IPHAN, 2014), foi criada a Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (GEDUC), primeira instância da área central do IPHAN voltada ao tema. No ano seguinte, ocorreu o I Encontro Nacional de Educação Patrimonial (I ENEP), outra reunião com mesas redondas para discutir e sugerir as diretrizes das ações de Educação Patrimonial do IPHAN em escolas, nos museus e outros lugares sociais.

Já em 2008, na realização da Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, apresentou-se as diretrizes gerais das Casas do Patrimônio. As Casas possuem o objetivo de expandir a presença do IPHAN e interligar locais que promovam atividades educativas para valorizar o Patrimônio Cultural, ao se fundirem “na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento, de acordo com uma perspectiva transversal e dialógica, entre o órgão, a sociedade civil e os poderes públicos locais.” (IPHAN, 2014).

No ano seguinte, 2009, ocorreu o I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, em Nova Olinda-CE, seus resultados foram publicados na Carta de Nova Olinda. Seu objetivo “foi avaliar o primeiro ano de implementação das Casas do Patrimônio, promovendo a troca de experiências e discutindo a proposta, possibilidades, limitações e soluções. Para isso, foram apresentadas ações educativas desenvolvidas e discutidas as suas potencialidades” (Oliveira, 2011). No dia 7 de maio, o Decreto nº 6.844 vincula a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC), antiga GEDUC, ao DAF. Esse vínculo tem como intuito fortalecer uma instância focada em promover, coordenar, integrar e avaliar a implementação de programas e projetos de Educação Patrimonial, conforme a Política Nacional do Patrimônio Cultural.

Ainda nesse mesmo ano, durante o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, a Educação Patrimonial voltou a ser abordada. O objetivo do Fórum era discutir acerca dos desafios, as estratégias e as experiências para serem implementadas no Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC). Foram organizadas duas mesas redondas para discussão a respeito da EP. No período entre 17 a 21 de julho de 2011, foi realizado o II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (II ENEP): estratégias para a construção e implementação de uma política nacional, um encontro para estabelecer quais seriam as regras para a Educação Patrimonial e fortalecer a rede de instituições e profissionais na área da educação

Em 2014, o IPHAN publica um dossiê intitulado “Educação Patrimonial - Histórico, conceitos e processos”, o qual destaca-que a Educação Patrimonial se constitui em:

(...) todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. (...) os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (IPHAN, 2014, pág. 19)

Nesse dossiê, apresenta-se as políticas de Educação Patrimonial, apresentadas pelos IPHAN, as quais estão estruturadas em três eixos de atuação:

- Inserção do tema Patrimônio Cultural na educação formal: É de suma importância incluir o ensino acerca da preservação do patrimônio cultural na educação formal - ou seja, na educação básica e superior.
- Gestão compartilhada das ações educativas: A principal função é promover Casas do Patrimônio, visando reconhecer as iniciativas locais em relação a valorização do Patrimônio Cultural, assim, reunindo pessoas e organizações com o tema e os bens culturais.
- Instituição de marcos programáticos no campo da Educação Patrimonial. A partir do aumento sobre o que é patrimônio e das ações educativas no Brasil, é fundamental regras e garantias que sejam seguidas as diretrizes da Política Nacional de Educação Patrimonial. As quais foram estabelecidas nos documentos: Carta de Nova Olinda (2009), I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural (2009) e Documento do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (2011) (IPHAN, 2014, pág. 29).

Em 2015, para a arqueologia, entrou em vigor a Instrução Normativa nº 001, também do IPHAN. A qual estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo órgão nos processos de licenciamento ambiental, apresentando um capítulo completo para a Educação Patrimonial, ao designar a elaboração do Projeto Integrado de Educação

Patrimonial, que deverá ser realizado na Área de Influência Direta do empreendimento. Além de sua concepção, sua metodologia, bem como, a implementação integrada entre o patrimônio arqueológico e os demais bens acautelados.

2.3.1 O Legado de Paulo Freire na Educação Patrimonial

É inevitável falar sobre educação e não mencionar Paulo Freire (1921-1997), Patrono da Educação Brasileira. No entanto, de que maneira pode se incorporá-lo como referência de aprendizagem na educação patrimonial? Antes de tudo, é preciso entender como o início da Educação Patrimonial se relaciona com a teoria da Educação Bancária, visto que ambas possuíam uma abordagem pedagógica instrutivista (Tolentino, 2016), ou seja, uma educação narradora, dissertativa. Uma vez que, o educador se apresenta como um agente indiscutível, como um sujeito que possui a tarefa indeclinável de “encher” os educandos de conteúdos narrados. Tais conteúdos são retalhos desconectados de uma totalidade maior, que é sua origem, assim, as palavras se esvaziam de uma dimensão concreta se tornando oca e sem significado, alienada e alienante. Ou melhor dizendo, tornando os educandos como pessoas passivas ao receber as informações depositadas por uma autoridade maior.

Para o educador, essas narrativas são opressoras e necrófilas, pois se petrificam e tornam-se algo quase morto, uma vez que “nutre-se de amor pela morte e não à vida”. Tendo em vista que se apresentam de maneira mecânica e estática, tornando os educandos recipientes, melhor dizendo, como depósitos de saberes. Transformando-os, conseqüentemente, em seres não-críticos, o que se assemelha a uma domesticação, capaz de controlar o pensar e a ação - levando-os a se ajustarem ao mundo. Freire, ainda destaca, em seu livro “Pedagogia do Oprimido (1968)”, que a inibição desses indivíduos de atuarem, como sujeitos de suas ações, os deixam frustrados.

Assim, a melhor maneira para que consiga existir uma melhor compreensão das narrativas, é através de uma educação mais libertadora. Já que, a mesma, apresentar-se como dialógica, dando voz aos educandos e os tornando agentes ativos, como destaca Paulo Freire (1987):

Numa visão libertadora, não mais "bancária" da educação, o seu conteúdo programático já não involucra finalidades a serem impostas ao povo, mas, pelo contrário, porque parte e nasce dele, em diálogo com os educadores, reflete seus

anseios e esperanças. Daí a investigação da temática como ponto de partida do processo educativo, como ponto de partida de sua dialogicidade. (Freire, 1987, p. 59)

Segundo Scifoni (2012), existem alguns pressupostos fundamentais imprescindíveis para a criação de projetos de Educação Patrimonial, na visão Freiriana.

A princípio, devemos considerar as comunidades, em qual estamos atuando, como sujeitos ativos do processo. Assim, os projetos devem ser elaborados em colaboração com essas comunidades, considerando suas necessidades e demandas. Ouvindo e construindo juntos, compartilhando o conhecimento técnico-científico das instituições de preservação, também, reconhecendo e apreciando os saberes e práticas locais. Essas ações contribuem para a tomada de consciência dos indivíduos como sujeitos, agora superando a forma de serem objetos, descrito por Paulo Freire como “conscientização”. (Scifoni, 2012)

Essa perspectiva de conscientização, que pode ser utilizada nas ações de Educação Patrimonial, significa que “pela mediação da cultura e das práticas educativas da cultura e patrimônio é possível contribuir para a tomada de consciência dos homens como sujeitos da sua própria história” (Scifoni, 2012). O que implica em compreender a cultura como mediação.

Destaca-se, também, outro pressuposto, que é a necessidade em construir uma nova relação entre a comunidade com o seu patrimônio cultural. Inserir-la para participar de forma ativa na criação das políticas sobre proteção do patrimônio, é de suma importância. Pois, permite que os indivíduos que nela estão inclusos, se identifiquem e se vejam como representadas no patrimônio e na sua história. Tudo isso, considerando os aspectos estéticos e formais; os vínculos sociais, emocionais e simbólicos dos patrimônios; como também, reconhecer e enfrentar as desigualdades existentes. (Scifoni, 2012)

Pois assim, seremos capazes de realizar uma mediação efetiva junto com esses indivíduos. O que se assemelha com o modelo democrático da Arqueologia Pública, visto que, o arqueólogo não deve se pôr com uma autoridade inquestionável, mas sim, construir uma colaboração do saber, disponibilizar ferramentas para que todos possam ser capazes de contribuir com as perguntas e respostas a respeito dos temas que serão abordados.

2.4. Abordagem Participativa: inserção da sociedade na defesa do patrimônio arqueológico

Uma das ferramentas mais eficazes na defesa do patrimônio arqueológico, é a inserção da comunidade em programas dialógicos acerca da sua preservação. Com base nisso, na Arqueologia Pública e na Educação Libertadora de Paulo Freire; e visando promover uma Educação Patrimonial mais participativa, foi elaborada uma entrevista semiestruturada com a comunidade avizinhada ao Sítio Arqueológico Fortim do Queijo. Tal ação tinha como objetivo conceder à população ao seu redor a possibilidade de falar acerca do tema apresentado, dando-lhe voz.

Como afirma Tolentino (2019), deve-se compreender o patrimônio de uma forma crítica e não apenas contemplativa, o que leva a ações de educação em que a mediação se dá para apropriação do conhecimento. E nesse processo de apropriação do patrimônio cultural, leva-se em conta o reconhecimento da existência dos saberes locais e o olhar da vivência das comunidades. Por meio disso, a realização de um diálogo prévio, semiestruturado, se torna uma abordagem capaz de tornar os indivíduos ativos na sociedade, como também, na história do seu patrimônio. Tolentino, ainda destaca que:

Cabe, portanto, ao educador patrimonial, criar possibilidades para uma construção coletiva do que é patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação, sabendo que, nesse processo, necessariamente pode haver consensos, dissensos, dilemas e conflitos. (Tolentino, 2016, p. 44)

Em virtude disso, uma das formas para que ocorra essa troca de informações e de conhecimento com a comunidade, mencionada por Freire e Tolentino, é através de uma entrevista semiestruturada, visto que, além de coletar dados, é capaz de possibilitar uma construção coletiva. Segundo Trivinõs (1987 *apud* Manzini, 2004), os questionários das pesquisas semiestruturadas, tem por característica serem básicos e apoiados em teorias, como também, em hipóteses, associadas ao tema do trabalho vinculado. Os quais geraram novas hipóteses, apoiadas nas respostas dos informantes - com o foco principal empregado pelo investigador-entrevistador. Dessa maneira, a entrevista “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além

de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (Trivinões, 1987, p. 152 *apud* Manzini, 2004).

A entrevista semiestruturada está focada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. (...) esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. (Manzini, 1990/1991, pág. 154 *apud* Manzini, 2004)

Usando-a como uma ferramenta de construção coletiva, poderemos enriquecer o conhecimento do patrimônio, ao entendê-lo na perspectiva da comunidade. Assim, os veremos como produtores de saberes, que são capazes de reconhecer as suas referências culturais, para uma ação transformadora e não uma educação reprodutora de informações (IPHAN, 2014).

Portanto, como essa inserção pode contribuir para a preservação dos patrimônios culturais? Para ser garantida a preservação dos valores culturais e integrar o patrimônio na vida diária das comunidades, é de suma importância sensibilizá-los, tendo em vista que são protagonistas da mudança social, como também, peças fundamentais para alcançar o desenvolvimento sociocultural. E para que isso aconteça, deve-se acontecer uma educação contínua e organizada com a comunidade, utilizando ações de Educação Patrimonial. As quais são essenciais para essa sensibilização, aumentar o orgulho e a autoestima, conseqüentemente, possibilita uma melhor qualidade de preservação dos patrimônios (Albuquerque, 2012).

Segundo Brandão (1996 *apud* Florêncio, 2012), a EP deve considerar que a preservação dos patrimônios culturais é uma prática social, que estão inseridas nos contextos culturais, ou seja, nos espaços cotidianos das pessoas. Por isso, ela não deve dar importância a coisas e objetos sem que seja reinterpretado culturalmente. Mas sim, conectar os valores históricos do patrimônio no contexto atual da comunidade em que o bem está inserido.

Para Scifoni (2012), no Brasil, existe um grande desafio para a EP, tendo em vista que, a população nem sempre consegue se identificar ou se ver no conjunto dos patrimônios culturais. O que é resultado de sua fraca participação social em todo esse processo, ou seja:

(...) desde a eleição dos bens patrimoniais, passando pela definição de usos para esses bens, no caso de imóveis ou áreas públicas, culminando em projetos de restauração que nem sempre levam em conta a relação afetiva entre as comunidades

e o seu patrimônio e, portanto, os valores sociais envolvidos em uma tarefa que não é meramente técnica e nem implica somente critérios de autenticidade. (Scifoni, 2012, pág. 36).

Nisso, a fraca participação social das comunidades nas ações de Educação Patrimonial, são consequência de conflitos, tensões e uma imagem negativa do patrimônio e dos órgãos responsáveis pela sua preservação, como também, o desconhecimento das mesmas sobre os valores que são atribuídos ao patrimônio cultural.

Portanto, destaca-se a responsabilidade das políticas públicas em criar meios para que as comunidades se sintam inseridas e contribuam na construção do Patrimônio Cultural Nacional. Ou seja, isso não só protege a memória, mas possibilita que as comunidades se apropriem do que é seu e reintegre os patrimônios no seu dia a dia (Scifoni, 2012).

3. O FORTIM DO QUEIJO, EM OLINDA

O Forte de São Francisco ou Fortim do Queijo está localizado na cidade de Olinda, no estado de Pernambuco, a segunda cidade brasileira considerada Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela Unesco, em 1982. O centro histórico de Olinda apresenta exemplares de arquitetura religiosa, dos séculos XVI e XVII, bem como, em torno de 1.500 imóveis de diferentes estilos arquitetônicos, tudo isso em uma área de 1,2 quilômetro quadrado (IPHAN, 2024).

O Sítio Arqueológico Fortim do Queijo (Figura 1), ou Forte de São Francisco, é uma fortificação caracterizada como Patrimônio Cultural, que apresenta um elevado valor arqueológico e histórico. Busca-se que, através da Educação Patrimonial, o bem em questão seja lembrado como tal, na construção social da comunidade, direcionando-o justamente para um cuidado e preservação por parte dela.

Figura 1: Fortim do Queijo, Olinda-PE.



Fonte: Autor, 2021

Ao longo dos séculos, o Fortim do Queijo recebeu diversas denominações como fortificação, reduto, forte e fortim. Assim, segundo Barreto (1958) fortificação é uma denominação genérica para obras de defesa militar. Já reduto, refere-se a uma pequena fortificação isolada no exterior ou até menos no interior de uma fortaleza, enquanto um Fortim vem a ser apenas uma pequena fortificação. Um Forte, por sua vez, diz respeito a uma

fortificação construída com baterias de artilharia que se encontram na mesma obra. Estas foram as denominações utilizadas em relação ao Fortim do Queijo durante seus relatos históricos.

A história do Fortim do Queijo apresenta poucos relatos através dos períodos históricos. Para melhor compreensão esses relatos foram separados por séculos:

3.1. Século XVII (1601-1700)

O Fortim do Queijo de Olinda foi construído sob o encargo de Matias de Albuquerque, designado pelo seu irmão, o donatário Duarte de Albuquerque Coelho, neto de Duarte Coelho Pereira, para melhorar a defesa da capitania de Pernambuco e a proteção da Vila de Olinda (Silva, 2002). Um reduto rudimentar (Barreto, 1958, p.138) retangular, tendo início de sua construção em 1620, pelo mestre pedreiro Cristóvão Álvares, e vindo a ser concluída apenas em 1622, na praia do Convento de São Francisco. Tinha suas defesas contínuas através de uma paliçada ao longo da costa, até se encontrar com o Forte Santa Cruz do Mar (Albuquerque, 1999) (Castro, 2009, p. 51).

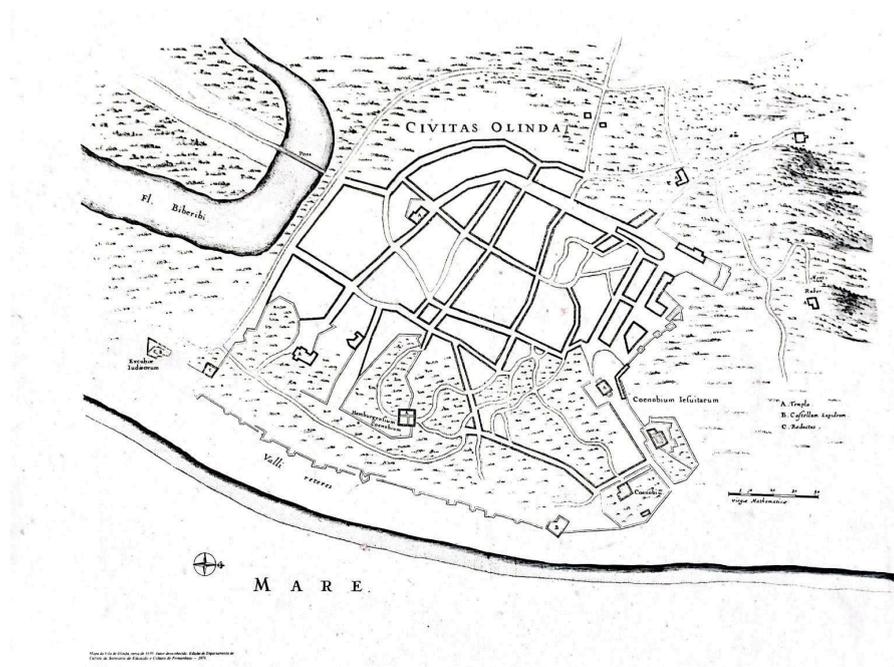
Embora já estivesse em operação, como afirma Castro (2009), e arruinado em 1629, como mencionam alguns historiadores (Albuquerque, 1999), no ano seguinte, com a Invasão dos Holandeses, foi tomado e reconstruído pelos mesmos (Barreto, 1958). Anteriormente, esse reduto era um dos pontos de resistência contra o avanço de inimigos, sendo até mencionado por fontes portuguesas que no local foram repelidos três assaltos adversários.

Dessa maneira, segundo o frei Raphael de Jesus, o reduto só foi tomado porque dois flamengos, serviçais da Espanha, teriam aberto as portas da fortificação, traindo assim seus defensores. Embora alguns cronistas afirmam que a alternativa mais provável da conquista era que ele teria sido abandonado, assim que o alto da Vila de Olinda foi ocupado pelos invasores, pela companhia do capitão Francisco Tavares, a qual possuía sua guarnição (Castro, 2009, p.51).

Esse reduto, segundo Cavalcanti (1986) pode ser visto na planta chamada *Civitas Olindas*, publicada pelo holandês Casparis Barlaei (também conhecido como Gaspar Barléu, ou do latim Caspar Barlaeus). Acha-se-a no livro “*Rervm per octennivm in Brasilia et alibi nuper gestarum, sub praefectura illustrissimi comitis I. Mavritii, Nassoviae, &c. comitis, nunc*

Vesaliae gubernatoris & equitatus foederatorum Belgii Ordd. sub Avriaco ductoris, historia” de 1647, no Brasil, traduzido por Cláudio Brandão, em 1940 (Figura 2).

Figura 2: Civitas Olinda



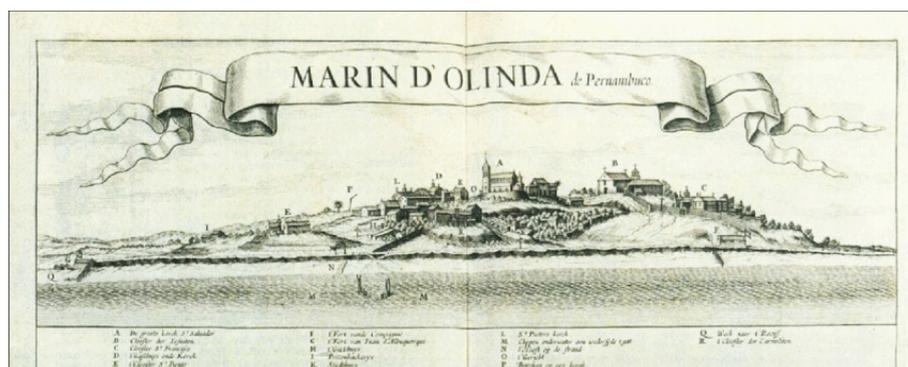
Fonte: Arquivo Público de Olinda, 2024

Agora intitulado de “História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o govêrno do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau etc., ora governador de Wesel, tenente-general de cavalaria das provincias-unidas sob o Principe de Orange”, a figura do mapa sinaliza o reduto com a letra “B”. Logo em seguida, em sua legenda, descrito como “Castellum Lapideum”, em tradução livre, Castelo de Pedra.

Após a expulsão dos holandeses da Capitania Hereditária de Pernambuco, em 1645, através da Insurreição Pernambucana, também conhecida como a Guerra da Liberdade Divina, proclamada por João Fernandes Vieira (Fonseca, 2019), o já considerado forte voltou a pertencer aos portugueses, no entanto, somente em 1648 (Toledo, 2017). Anos depois, destaca-se um novo mapa, uma gravura holandesa, agora denominada Marin d’Olinda de Pernambuco (Figura 3), feita por Joannis de Laet em 1664, o qual, referencia Olinda e a fortificação à beira do mar.

Nessa figura, o Fortim de São Francisco é referenciado pela letra “F”, logo após, detalhado em sua legenda como “*t’Fort vande Compagnie*”. Ainda, pode-se ver, na representação do mesmo, a presença da bandeira holandesa erguida sobre o forte (Silva, 2002) (Castro, 2009).

Figura 3: Marin d’Olinda de Pernambuco.



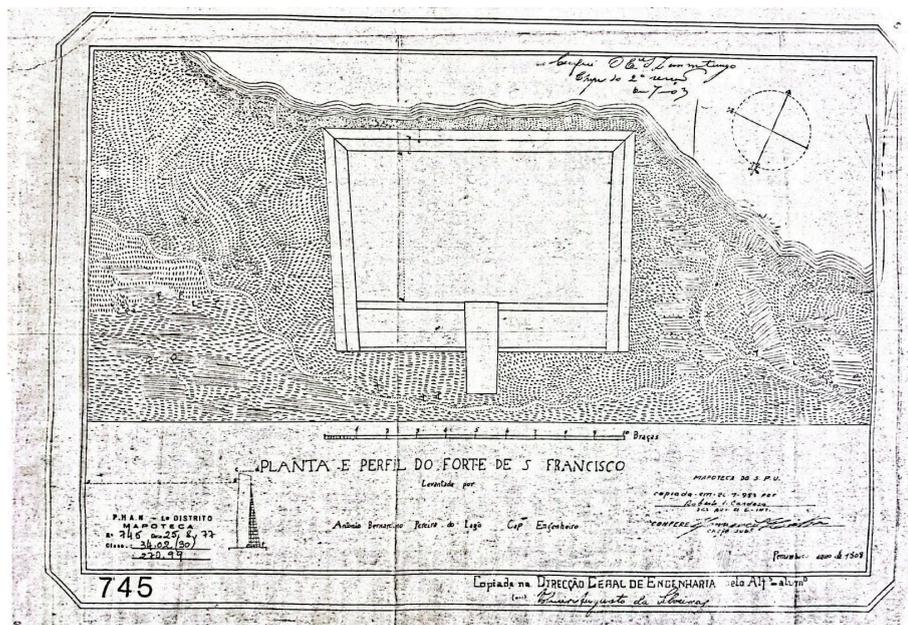
Fonte: ResearchGate, 2023

3.2. Séculos XVIII e XIX (1701-1900)

Na primeira parte do século XVIII, o forte passou por reconstrução, especificamente no ano de 1704 (Castro, 2009). Tendo entre 1710 e 1711, na Guerra dos Mascates, seus canhões removidos com a finalidade de equipar outras estâncias de proteção do Recife, em seguida, reposto por ordem do governador Félix J. Machado (Castro, 2009) (Cavalcanti, 1986) (Costa, 1983). Em 1781, uma reconstrução parcial foi realizada na fortificação, por encontrar-se em completa ruína (Silva, 2002), como menciona o comandante José Peixoto de Abreu, em documento localizado no acervo do Arquivo Público Estadual de Pernambuco, relatado no Arquivo Público de Olinda.

No século seguinte, no ano de 1808, foi elaborada uma planta e perfil do Forte de São Francisco, assinada por Antônio Bernardino Pereira de Lago, que atualmente encontra-se no Arquivo Militar do Rio de Janeiro (Figura 4), apresentando algumas características modernas, exceto os dois “quarteis”, que se encontram acoplado atualmente ao Fortim. Em 1817, ano da Revolução Pernambucana, o forte foi artilhado com duas peças de bronze, duas praças e uma guarnição de um condestável (Silva, 2002).

Figura 4: Cópia da Planta e Perfil do Forte, 1808.



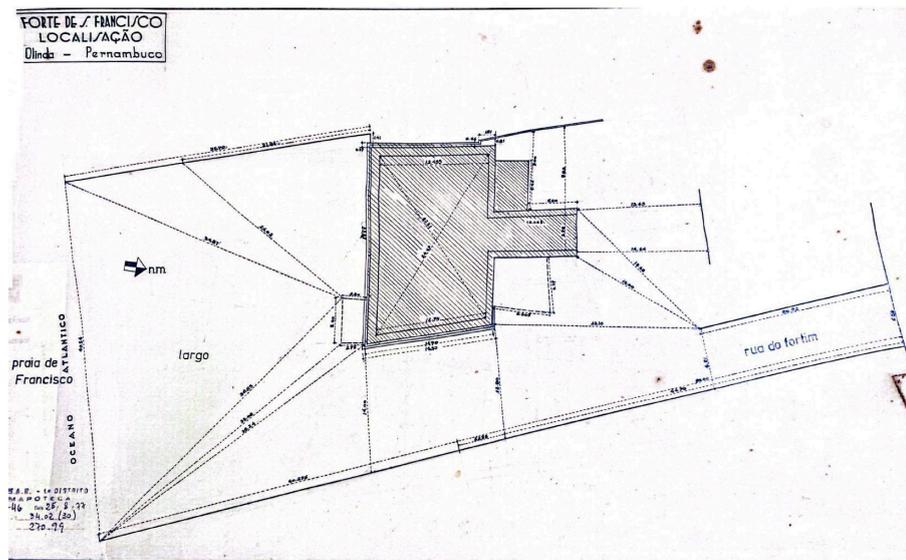
Fonte: IPHAN-PE, 2024

Segundo as documentações, existentes no Arquivo Público de Olinda, acerca do Fortim, o autor Pereira da Costa em um de seus Anais Pernambucano, o de volume IX, menciona um ofício datado de 1831, que destaca as características do forte na época:

[...] o fortim de São Francisco, situado no Cômoro da praia do mesmo nome, em Olinda, um pouco adiante da estação radiográfica, em ruínas, e metido no quintal de um prédio particular, por haver a respectiva municipalidade concedido o terreno em que estava levantado para a construção do referido prédio, tinha a figura de um reduto de quatro faces, dando acesso a praça uma grande e larga rampa, do lado da terra. Da sua artilharia inda restam alguns canhões de ferro, quase que soterrados, junto às muralhas. Não tinha espécie alguma de flanqueamento, nem quartel para a guarnição. Dominava o ancoradouro de Olinda, desde muito abandonado pela navegação. (Arquivo Público de Olinda, 2023, n.p.)

Ao fim do século XIX, em 1880, o forte encontrava-se abandonado, possuindo quatro canhões, os quais estavam enterrados na areia (Albuquerque, 1999).

Figura 6: Planta baixa do Forte, 1950.



Fonte: IPHAN, 2024

Por volta de 1971, o Instituto Histórico de Olinda (IHO) apresentou interesse em reconstruir o Forte de São Francisco, levando em consideração o seu valor histórico, ao encaminhar ofícios para o Sr. Comandante do IV Exército. Juntamente, foi encaminhado um ofício para o Prefeito Aredo Sodré da Mota, solicitando a demolição do casarão da antiga Pensão Brito (Figuras 7 e 8) uma vez que, dificultava a visão do forte e estava em risco iminente de ruir. Atendendo a solicitação, o imóvel foi demolido “de pronto” (Diário de Pernambuco, p.4, 1975).

Figura 7: Travessa do Fortim em Olinda (PE), 1957.



Fonte: IBGE, 2024.

Figura 8: Casa na Travessa do Fortim em Olinda (PE), 1957.



Fonte: IBGE, 2024.

Com isso, entre 1974 e 1975, o então prefeito, por meio da Prefeitura Municipal da Cidade de Olinda, autorizou em conjunto com a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico

de Pernambuco (Fundarpe) e sob a supervisão do IPHAN, as obras de restauro e contenção da fortificação, atribuindo-lhe as atuais feições (Olinda, 2021) (Figuras 9 e 10).

Figura 9: Trabalho de restauração da década de 1970, no Forte de São Francisco.



Fonte: Arquivo Público de Olinda, 2024

Figura 10: Trabalhadores na restauração do Forte.



Fonte: Arquivo Público de Olinda, 2024

A intervenção no forte ocorreu devido às obras do Projeto de Restauração dos Patrimônios Históricos de Olinda, também implementado no Alto da Sé. Sabendo disso, no dia 05 de abril de 1976, o IPHAN encaminhou um ofício para o Prefeito Sodré, estipulando um prazo de trinta dias para tomadas de providências contra os comerciantes que ocupavam a Rua Bispo Coutinho, alegando que:

Inúmeras barracas, cobertas com telhas de Eternit, estão sendo construídas na balaustrada da praça fronteira à Sé, havendo uma delas, na própria praça, dos produtos de uma empresa de refrigerantes. Estas barracas, no local em que se encontram, não poderão permanecer, porque, além de situadas próximas à Sé, obstruem a visão que se pode ter da balaustrada, incidindo especialmente sobre a velha igreja de Nossa Senhora do Monte, monumento tombado. Por estas razões, o I Distrito toma a liberdade de solicitar a demolição ou remoção das barracas para outro local não situado no perímetro tombado (Diário de Pernambuco, 1976, pág. 3)

Embora os comerciantes tenham recorrido à justiça contra a prefeitura, alegando que possuíam licença de edibilidade para comércio e que não teriam para onde ir caso fossem removidos, optaram então por se instalar irregularmente ao lado do Forte, originando uma “feirinha” no local.

Entre 1978 e 1982, sob a administração do prefeito Germano Coelho, em uma das meias-águas do Forte de São Francisco funcionou um box do Departamento de Turismo, ligado à Empresa Urbanização e Desenvolvimento Integrado de Olinda (URB-Olinda), criada pela Lei Municipal nº 4.064, que tinha como objetivo planejar as obras públicas, no âmbito municipal, e coordenar as ações dos órgãos envolvidos, tendo uma grande e importante atuação na área de urbanização e preservação do Sítio Histórico da cidade (Nascimento, 2008). Logo em seguida, em 29 de maio de 1984, o Forte foi tombado em âmbito Federal, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e registrado no Livro de Tombo Histórico pelo processo 1.077-T-83, nº de inscrição 494.

Então, na manhã do dia 19 de agosto de 1989, a feirinha (Figuras 11 e 12), que acarretava um grande fluxo de pessoas para perto do patrimônio histórico, foi derrubada. Esse processo foi realizado pelos funcionários da empresa URB-Olinda, sem aviso prévio, como menciona a edição de nº 224, de 1989, do Diário de Pernambuco.

Figura 11: Feirinha atrás do Forte.



Fonte: Arquivo Público de Olinda, 2024

Figura 12: Barracas ao redor do Forte.



Fonte: Arquivo Público de Olinda, 2024

Um dos motivos para que fosse derrubada, segundo a Administração Municipal, seria de que “a área estava destinada à construção de uma praça dentro do Programa de Revitalização da Beira-Mar, além de que o local era um foco de leptospirose e que os banheiros não possuíam rede de esgoto”. Esse projeto foi aprovado na Câmara Municipal de Olinda, em agosto do mesmo ano. Embora houvesse uma grande resistência e protestos por parte dos comerciantes que compunham o local (Figura 13 e 14), a ação de derrubada se concretizou, levando abaixo entre 19 e 23 barracas ali presentes. Não havendo registros de como se deu essa derrubada.

Figura 13: Comerciantes no local.



Fonte: Arquivo Público de Olinda, 2024

Figura 14: Comerciantes conversando.



Fonte: Arquivo Público de Olinda (Fotógrafo: Passarinho), 2024

Por fim, em 1998, o Forte de São Francisco adquire uma sobreposição de proteção, agora como Patrimônio Arqueológico, ao ser registrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN como Fortim do Queijo². Outro registro no CNSA pode ser encontrado, sem data, onde o descreve como: “Trata-se de uma fortificação maciça, de pequeno tamanho, isolada, com formato de polígono quadrangular irregular, sem baluartes. É composta por 4 cortinas, parapeito e terrapleno” (Matos, 2016, p. 159).

3.4. Século XXI (2001 até o presente)

Ao longo dos anos do atual século XXI, até a primeira metade do seu décimo ano, o entorno do Sítio Arqueológico Fortim do Queijo possuía uma certa visibilidade. Tendo em vista que, ocorreram eventos decorrentes ao longo desses anos. Tais como: o Polo do Fortim, onde ocorria o pré-carnaval, como também, a abertura do carnaval da cidade de Olinda; Terça do Vinil, com edições ocorridas entre 2011 à 2013; Vem Dançar Olinda, entre diversos outros.

² PE00026/PE00866

No entanto, embora tenha ocorrido essa visibilidade, atualmente a fortificação é alvo constantemente de degradação e vandalismo (Olinda, 2024). Escassas são as comemorações realizadas ao seu entorno, pouco visitado pela comunidade avizinhada ao bem, como também, por turistas. Além de que não há iluminação no ambiente, o que causa uma grande hesitação na comunidade em visitá-lo. Assim, tornando-o pouco atrativo e esquecido na memória afetiva dos indivíduos.

Essas características apresentadas, podem ser grandes marcadores de deterioração do patrimônio e sítios arqueológicos, presentes em áreas urbanas. Cabe, assim, ao arqueólogo entender esses fatores e tentar resgatar ou despertar a sensação de pertencimento na comunidade externa da academia, como também, no trabalho realizado em campo, para os patrimônios culturais. Através da Educação Patrimonial, na intenção de divulgar a ciência que é a arqueologia, como também a preservação desses bens resguardos. Como destaca Bastos e Funari (2008 *apud* Carvalho, Funari, 2007), “através da educação patrimonial o cidadão torna-se capaz de entender sua importância no processo cultural em que ele faz parte, cria uma transformação positiva entre a relação dele e do patrimônio cultural”.

4. MÉTODOS E TÉCNICAS

O presente estudo foi desenvolvido com o propósito de inserir a comunidade nas ações de Educação Patrimonial de maneira efetiva e participativa, a fim de contribuir na defesa dos patrimônios ameaçados e solucionar de maneira eficaz a problemática acerca da invisibilidade do Sítio Arqueológico Fortim do Queijo, que atualmente se encontra abandonado por parte da população ao seu redor e dos entes públicos municipais e federais.

A princípio, no trabalho foi elaborada a abordagem histórica, através de pesquisa bibliográfica e imagética, por meio de documentações primárias, cronistas e mapas; disponíveis no Arquivo Público de Olinda, na Biblioteca Almeida Cunha, da Superintendência do IPHAN em Pernambuco, na Biblioteca Nacional, entre outros.

Logo em seguida, tentou-se entender como a fortificação era percebida pelas pessoas que vivem ou circulam no seu entorno e definir como poderia ser realizada uma abordagem sobre ela nas ações de Educação Patrimonial e contribuir para o fim de sua invisibilidade. Para isso, foi definido como público-alvo, a comunidade local ao redor do forte, já que possuem uma vivência, mesmo que involuntária, com ele; assim como os turistas, que contribuem diretamente para a valorização do patrimônio, ao compartilhar suas experiências e histórias sobre os locais visitados. Como também, a elaboração de atividades para a Educação Patrimonial, com a utilização de software e a aplicação das ações de Educação Patrimonial na sala de aula.

4.1. Aplicação de entrevista semiestruturada

Definido o público-alvo foi realizada a aplicação da entrevista semiestruturada para ouvi-los e reunir as informações em prol da visibilidade do Fortim, contendo discussões relacionadas ao contexto histórico e ao sítio arqueológico. A entrevista semiestruturada é geralmente utilizada como uma estratégia metodológica única, como também, uma estratégia de apoio (Manzini, 2012), e a sua adoção pode ser adequada para resolver uma grande variedade de problemas e perguntas científicas. (Mcgrath, Palmgren, Liljedahl, 2019 *apud* Guazi, 2021). Pode-se, também, ser aplicada com “objetivo de identificar os sentimentos, pensamentos, opiniões, crenças, valores, percepções e atitudes do entrevistado em relação a um ou mais fenômenos” (Guazi, 2021, pág. 2). Para DiCicco-Bloom e Crabtree (2006) uma

entrevista semiestruturada é comumente organizada voltada para um conjunto de questões abertas e pré-determinadas, e possuem outras questões manifestadas a partir do diálogo entre a pessoa entrevistada e o entrevistado (DiCicco-Bloom e Crabtree, 2006 *apud* Guazi, 2021).

Esse tipo de entrevista foi estudada por Triviños e por Manzini, o que para ambos, ela está relacionada a uma necessidade de perguntas básicas e iniciais para que possam atingir o objeto da pesquisa. Segundo Manzini (2003) é possível criar um planejamento de coleta de dados através da elaboração de um roteiro. Esse roteiro deve servir não só como coleta de dados, mas como um meio para o qual o pesquisador deve se guiar no processo da interação com o entrevistado (Manzini, 2004)

A entrevista semiestruturada se assemelha a uma conversa informal. Deve-se ficar atento, no entanto, na direção da discussão para que o assunto que interessa à pesquisa não seja muito desvirtuado. Neste trabalho para a aplicação da entrevista, foram elaboradas algumas perguntas norteadoras, ou seja, um roteiro, para guiar o diálogo com o público-alvo, podendo ser aplicadas em ordem diferentes - a depender do entrevistado; possibilitando que houvesse uma comunicação com resultados mais efetivos, de uma maneira dialógica, com o intuito de entender essa invisibilidade do bem, como também, para a coleta de dados, que serão implementadas nas ações de Educação Patrimonial.

Com o roteiro finalizado, foi possível fazer, no mês de janeiro de 2024, a mediação em campo com os turistas e moradores ao redor do Sítio Arqueológico. As perguntas podiam ser respondidas livremente, e quem guiava o rumo do questionário era o entrevistado, claramente, havia a inserção das perguntas norteadoras, mas de maneira natural, nada muito incisivo; no total, 15 pessoas, ao redor da fortificação foram entrevistadas. A princípio foi realizada uma troca de informações para compreender a experiência dos turistas e moradores sobre o Patrimônio, sendo ele histórico, arqueológico, entre outros. Das quinze respostas obtidas, pode-se ver uma boa compreensão sobre o tema, destacando o patrimônio como tudo aquilo que possui importância cultural e histórica pertencente a um povo, podendo ser móvel ou imóvel, como também, a necessidade da sua preservação para que consigam entender suas origens e pertencimento.

Seguindo o diálogo/entrevista, foi perguntado onde residiam, para controle de dados do público, como também se identificavam algum monumento ou local como patrimônio, de acordo com a visão construída acima, ou se acreditavam que deveriam existir outros bens

merecedores desse reconhecimento em sua cidade. As respostas foram bem divididas, pôde-se ver tanto patrimônios imóveis já consagrados, como possíveis patrimônios materiais dignos para possuírem esse título. Um dos turistas entrevistados, declarou: “Na minha cidade há várias ruínas de igrejas, casarões... que um dia fizeram parte da história daquele lugar. Entretanto, pouco se sabe sobre esses bens. Acredito que ao torná-lo patrimônio, a população daquele lugar passará a entender a sua devida importância no passado e sua contribuição para o futuro (tempos atuais)”. Como também o relato de uma moradora local: “conheço diversos patrimônios culturais, principalmente os da cidade alta, porque eu moro perto e sempre convivi com eles. Acredito que deva ter mais para explorar nas ladeiras, talvez”.

Após toda essa contextualização foi possível mediar o Sítio Arqueológico Fortim do Queijo, ao mostrar sua sobreposição de proteção, ou seja, patrimônio cultural e arqueológico, e seu contexto histórico. Dando continuidade à entrevista, foi perguntado se o reconheciam como patrimônio histórico e arqueológico, considerando que representa uma parcela significativa da história de Olinda, como também nacional. Assim, todas as respostas recebidas foram de aceitação, como por exemplo a fala de um turista, em que relata: “acredito que ele seja de grande valia histórica e cultural não só para a cidade como para o estado de Pernambuco”.

Posto em prática a mediação mencionada acima, buscou-se compreender se os entrevistados consideram esse sítio arqueológico atrativo, o resultado visto foi negativo, reafirmando a importância da realização dessa pesquisa no Fortim. Tendo em vista que, na concepção dos turistas: “o mar chama mais atenção e não o forte, deveria ser visto de primeira”, como também: “[...] não o considero atrativo, pois se trata de uma edificação pequena, sem grandes informações. [...] ele é bem abandonado, falta cuidado, falta investimento, faltam ações para torná-lo mais atrativo. Não consigo entender como o único forte de pé da cidade está nesse estado.”.

Até mesmo para a comunidade local, a ausência de atratividade é notável, mesmo sendo possuidor de uma grande área ao seu redor de parque, como destaca um morador da região: “o lugar não tem nenhum atrativo turístico [...] o lugar é abandonado, com os matos altos, com lixo, não tem segurança, e está faltando um dos canhões”. Levando em consideração a falta de atratividade, permaneceu a indagação de como eles utilizavam aquela área onde o Forte está situado. Assim, com as respostas da comunidade local (CL), foi visto

que frequentam o local raramente, e no pouco contato que possuem é utilizado para passeio de bicicleta, visita à praia e descanso.

Dessa maneira, para finalizar a entrevista, procurou-se saber quais mudanças e melhorias seriam adequadas para a visibilidade e atratividade do Forte. Assim, as respostas apresentadas foram que o local deveria ser mais iluminado, possuir mais segurança, maior divulgação, atividades educativas, barraquinhas, café, atrações musicais, profissionais que pudessem contar um pouco da história através de excursões e fiscalizações. Todas essas soluções seriam passíveis de atrair o público.

Outros relatos ouvidos, agora de um turista, de que há a necessidade de “(...) um maior trabalho de educação patrimonial e conservação a respeito do forte, pois é um local de importância histórica para a região e merece ser tratado com respeito. Além de informar a população sobre sua importância, assim como as autoridades.”, como também “precisamos ter a conscientização enquanto sociedade de preservar nossa história e se policiar sobre nossas atitudes.”

4.2. Utilização de tecnologias de inovação aplicadas às Atividades de Educação Patrimonial

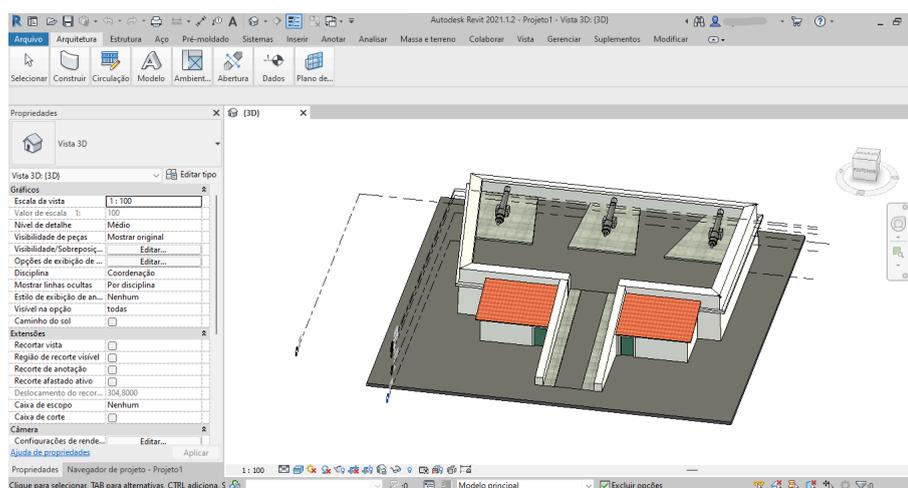
Ao ouvir o público-alvo ficou evidente a invisibilidade que permeia o Fortim do Queijo. Através dos dados coletados na entrevista semiestruturada, foi possível idealizar uma estratégia de Educação Patrimonial efetiva, mais dialógica e envolvente, a fim de melhorar a compreensão e recebimento por parte das turmas do fundamental II e conseqüentemente, despertar o interesse em conhecer pessoalmente o patrimônio, bem como, ajudar na preservação e valorização do sítio arqueológico em questão. Para isso, optou-se pela elaboração de uma imersão tridimensional, com o auxílio de softwares.

Levando em consideração que, nos tempos atuais, a tecnologia vem alcançando um grande espaço em diversas áreas do conhecimento, não diferente, é também utilizada no contexto do Patrimônio Cultural, ingressando cada vez mais no campo da Educação Patrimonial e na Arqueologia. Dessa maneira, levando em consideração que os alunos em questão são estudantes do fundamental II, que possuem certa familiaridade com a era tecnológica. Optou-se então, pela elaboração de maneira tridimensional, comumente

conhecida como 3D, a elevação do Fortim do Queijo, com o intuito de proporcionar uma imersão realista, tática e visual; despertando assim, a atenção para a mediação do sítio arqueológico.

Com base nisso, o Fortim foi construído por meio de um software, desenvolvido pela Autodesk, capaz de modelar informações de construção (BIM), conhecido como Revit. A escolha desse software se deu pela sua capacidade de elaborar modelos precisos e detalhados de estruturas (Figura 15). Tendo em vista que a arqueologia é uma área interdisciplinar, ou seja, necessita do auxílio de diversos campos de conhecimento, enriquecendo assim a sua ciência, foram necessárias as habilidades da construção civil para erguer a fortificação em 3D, tendo como referência as medidas das plantas baixas, acondicionadas na biblioteca da Superintendência do IPHAN-PE.

Figura 15: Fortim erguido no Revit.

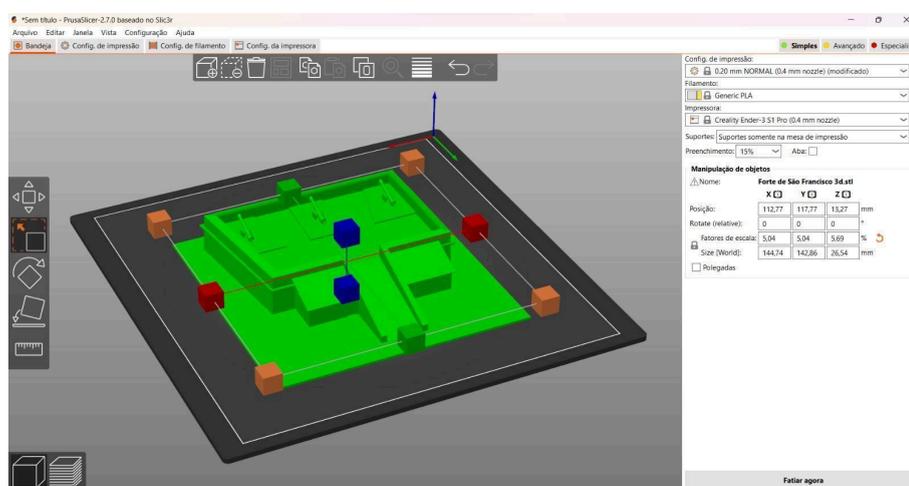


Fonte: Allyson Santana, 2024.

Assim, com a modelagem tridimensional finalizada, e formatada para *.stl*, a maquete foi confeccionada em uma impressora modelo *Crealty Ender 3 S1 Pro*, do Laboratório de Gearqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (Figura 16). O principal intuito desta ação foi promover uma experiência igualitária e acessível a todos os estudantes, de maneira visual e tática, para que os alunos pudessem ver de maneira mais clara e próxima o patrimônio arqueológico.

Sabendo disso, o arquivo em *.stl* foi encaminhado para um software livre chamado *PrusaSlicer*, para ajustar devidamente a dimensionalidade da peça, a fim de, ser impressa. Como também, criar outro arquivo chamado *G-code* (ou Código G), o qual é um padrão para impressões em 3D, tendo em vista que esse formato é capaz de acompanhar os movimentos da máquina com a finalidade de produzir a peça. Para que isso fosse possível, foi necessário ajustar as configurações de impressão, como o bico nozzle, o tipo de filamento PLA (polímero termoplástico), o tipo da impressora, os suportes, etc.

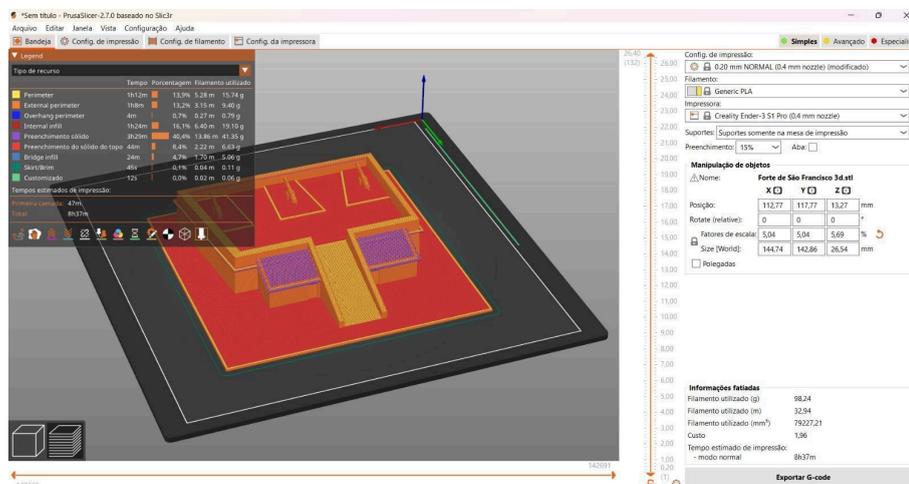
Figura 16: Ajustes de dimensionamento da peça no PrusaSlicer.



Fonte: Bruno Tavares, 2024.

Feito isso, o arquivo ainda em *.stl*, é encaminhado para ser fatiado pelo software, onde é possível ver informações acerca dos recursos para impressão, como a gramatura e metragem do filamento utilizado, custos, entre outros. Também, pode-se ver o tempo utilizado para cada tipo de recurso, como por exemplo, o preenchimento sólido e o perímetro (Figura 17). Estando todas essas etapas finalizadas, exporta-se o arquivo *G-code*. Que deve ser inserido no cartão de memória da impressora para que finalmente se possa começar a impressão.

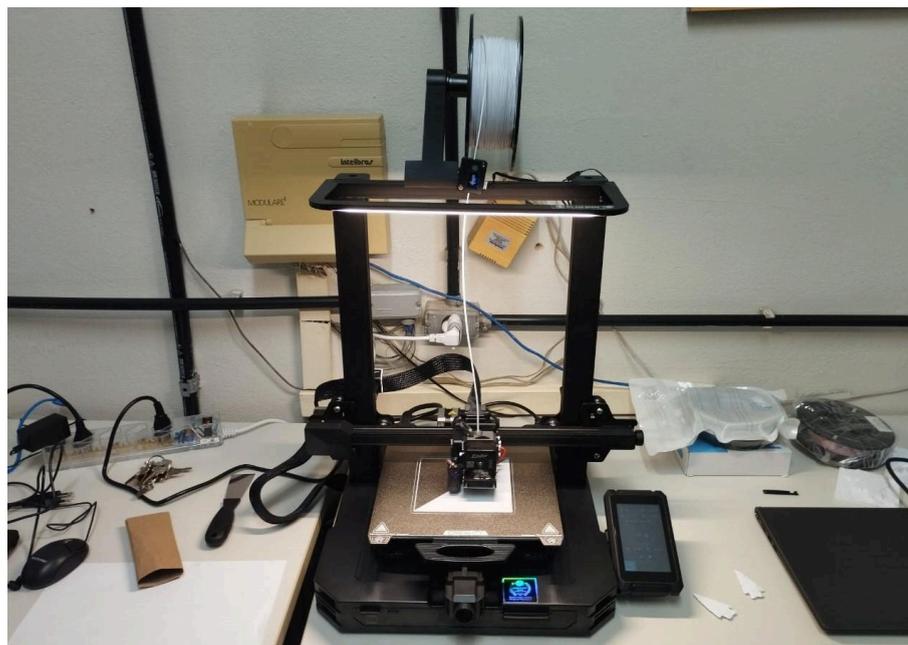
Figura 17: Arquivo Fatiado no PrusaSlicer indicando tempo de impressão e os passos de cada momento a ser impresso.



Fonte: Bruno Tavares, 2024.

Agora, com o cartão de memória já na impressora, foi necessário configurar alguns itens no seu painel de controle. Tais como: a temperatura do bico; temperatura da mesa, a qual será a base para o objeto; a velocidade da impressão, como também, a distância do bico nozzle da mesa. Desse modo, realizou-se a impressão tridimensional do Fortim (Figura 18).

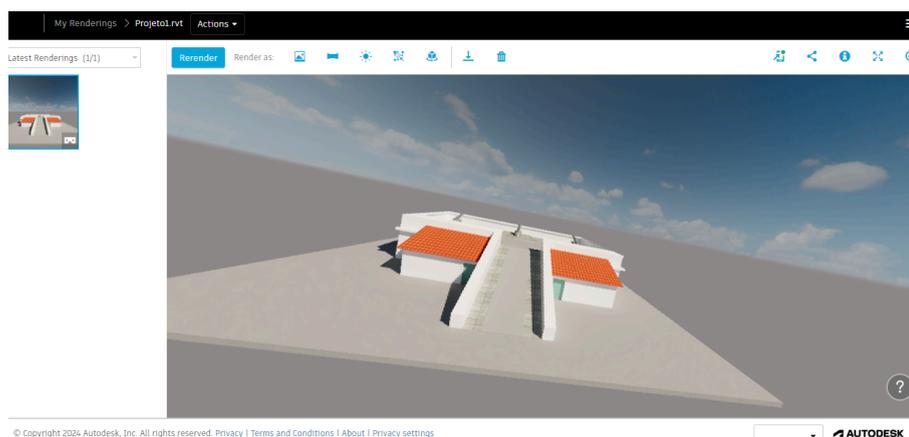
Figura 18: Impressão do Fortim em uma impressora Creality Ender 3 S1 Pro.



Fonte: Autor, 2024.

Também, através do Revit, foi possível elaborar uma Realidade Aumentada. Essa tecnologia permite sobrepor as informações geradas a partir de um computador nas imagens transmitidas por uma tela em tempo real (Consoni *et al*, 2020) - uma visão renderizada em 360° (Figura 19) - que segundo Rimkus (2013 *apud* Bastiani *et al*, 2023) possibilita a visualização de um edifício selecionado e ainda faz compreender o seu uso e suas funções ao decorrer do tempo, como também, a sua interação com o meio urbano em que se encontra inserido. Esse panorama, possui a adaptação de ser utilizado em óculos de realidade virtual, comumente conhecido como VR, o qual é capaz de transportar os usuários para mundos virtuais simulados como se estivessem em seu mundo real.

Figura 19: Panorama 3D para ser usado em óculos VR.



Fonte: Autor, 2024.

Com o objetivo de documentar e expor o processo de criação, foi gravado um vídeo mostrando a elevação do forte, a partir das plantas baixas, pelo Revit - com o intuito de auxiliar na palestra. Em conjunto, foi elaborada uma apresentação com slides, levando em consideração a idade da turma, a absorção das informações e o design visual. Introduzindo o patrimônio arqueológico, cultural e todo o contexto histórico do Fortim; exposto em uma linha do tempo. Além disso, figuras da fortificação, em diferentes momentos, foram apresentadas, para que pudessem perceber a sua presença no passar dos séculos e a importância da sua preservação. Tudo isso amparado em uma linguagem adaptada, a fim de transmitir uma comunicação clara.

Por fim, foi criado um folheto com breves informações sobre o Sítio Arqueológico; contendo um código QR (*quick response*, em tradução livre: resposta rápida), que direciona para o modelo tridimensional³, trabalhado em sala de aula, para ser compartilhado entre os alunos e nas redes sociais da escola. Com isso, esse patrimônio pode ser revisitado sempre que preciso, garantindo o sentimento de pertencimento ativo nas pessoas que o possuem.

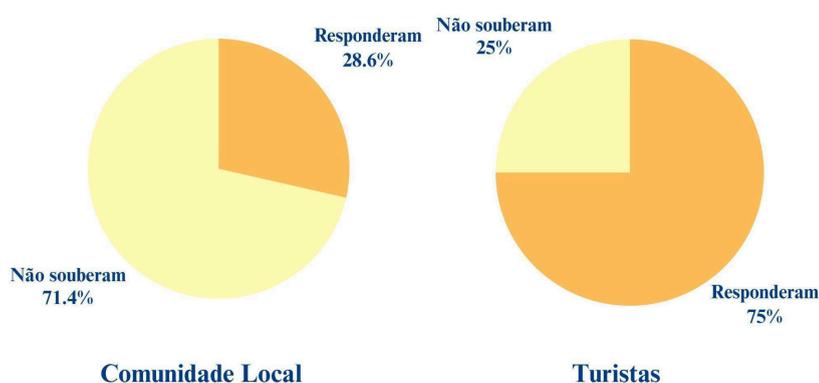
³ Fortim do Queijo em 3D, disponível em:
<https://pano.autodesk.com/pano.html?url=jpgs/48e5cebe-4758-4a15-b7ce-c4e26f4da976&version=2>

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de inserir a população local na elaboração de ações de Educação Patrimonial, tornando-a democrática e inclusiva, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a comunidade e os turistas para entender como eles se sentem a respeito do Fortim. O questionário continha algumas perguntas norteadoras, para guiar o diálogo, entretanto, os entrevistados possuíam total autonomia para expor outras experiências e visões, acerca dos patrimônios e memórias por eles vivenciados.

O primeiro questionamento apresentado foi sobre a compreensão ou experiência dos entrevistados sobre o Patrimônio Cultural. (Figura 20)

Figura 20: Gráfico de respostas.



Fonte: Autor, 2024.

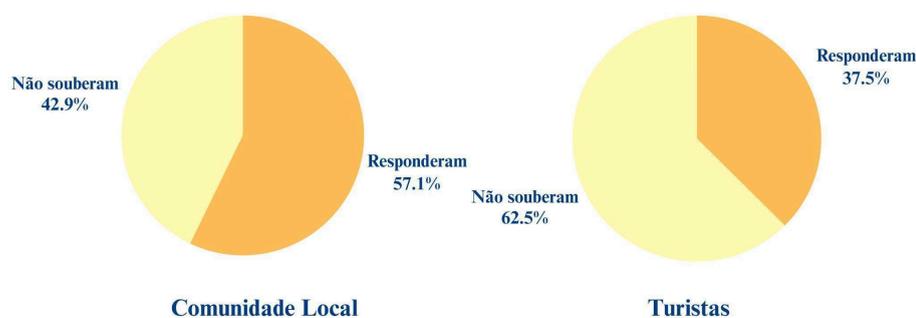
Como resposta, um dos turistas ouvido foi categórico: “Patrimônio Cultural é algo pertencente a um povo/uma cultura, podendo ser móvel ou imóvel, que remetem a um pertencimento àquele ambiente.” Tal compreensão foi constatada em 75% dos turistas (T) entrevistados, em contrapartida, apenas 28,6% da comunidade local (CL) definiram de

maneira adequada o patrimônio cultural, evidenciando assim, uma grande diferença de compreensão sobre o tema. Dessa maneira, buscou-se ajustar, mesmo que minimamente, o déficit de conhecimento da comunidade local nas ações de Educação Patrimonial em sala de aula.

Em sua resposta, referente ao primeiro questionamento, um turista citou a Igreja do Carmo, Olinda-PE, como exemplo de patrimônio, abrindo margem para perguntar se ele identificava algum outro local como patrimônio cultural na sua cidade? Como resultado, ele citou o Forte de Pau Amarelo, na Cidade do Paulista, PE. O questionamento foi feito aos demais entrevistados, não necessariamente na mesma ordem, mas durante a conversação e como resposta 57,1% da CL souberam reconhecer alguns dos seus patrimônios, enquanto somente 37,5% dos T, disseram reconhecer patrimônios em sua cidade.

Este fato evidencia uma certa contraposição com o primeiro questionamento, levando em consideração que 75% dos turistas sabiam definir patrimônio cultural e agora apenas 37,5% reconhecem algum patrimônio na sua cidade (Figura 21).

Figura 21: Gráfico de respostas 2.



Fonte: Autor, 2024

Fica, então, a indagação para os dados apresentados: a falta de patrimônios/baixa quantidade na cidade natal dos turistas, faz com que eles os desconhecem, enquanto, na comunidade que vivencia, frequentemente, e nasce rodeado deles, é algo comum. A segunda hipótese é de que, a busca por turismo externo faz com que os turistas esqueçam dos próprios

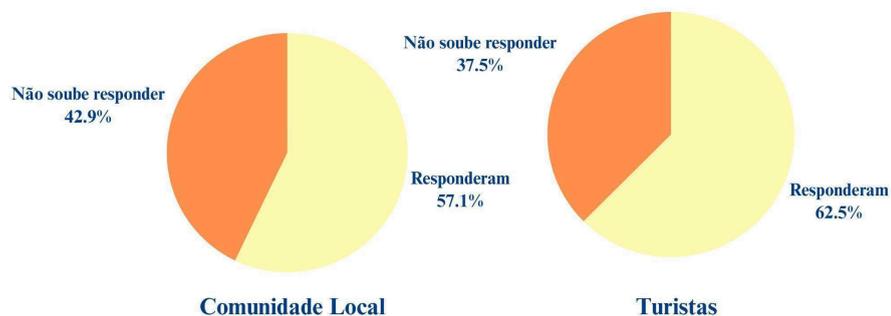
patrimônios existentes na sua cidade, ou que os patrimônios nela presente não são tão atrativos a ponto de serem considerados de fato visitáveis

Em seguida, buscou-se entender: Quais outros monumentos e locais também deveriam ser considerados patrimônios. Dos entrevistados, um dado que chamou bastante atenção foi a porcentagem de respostas da comunidade local, 14,3% demonstraram desconhecer a existência de outros patrimônios. Esse resultado destaca uma possível incerteza sobre o que considerar patrimônio, como também, a possibilidade de diferentes interpretações do seu conceito. Abrindo espaço para julgar outras formas do que considerá-lo.

Ao longo da conversa/entrevista foi-se introduzindo dados sobre a fortificação e expondo de maneira natural as informações obtidas pela pesquisa bibliográfica e imagética até chegar ao ponto de inserir um dos questionamentos: "Como você vê o Fortim do Queijo, ligado à sua relevância histórica e cultural, para Olinda?" As respostas apresentadas mostraram o despertar do sentimento de pertencimento, já que, salientaram o amplo significado desse bem para a história da cidade, como ressalta um dos entrevistados: "acredito que ele seja de grande valia histórica e cultural não só para a cidade como para o estado de Pernambuco". Logo após, foi levantado o questionamento se reconheciam o Fortim como patrimônio cultural. A resposta foi unânime, todos declararam que o reconhecem como tal, totalizando 100% para a Comunidade Local e os Turistas.

Como todo patrimônio cultural deve ser utilizável, a entrevista semiestruturada caminhou para buscar a compreensão de "como viam o Fortim do Queijo e sua atratividade" (Figura 22)

Figura 22: Gráfico de respostas 3.



Fonte. Autor, 2024

Mais de 86% dos entrevistados consideraram-no invisibilizado e pouco atrativo, como relata um turista: “passaria e nem perceberia! Deveria ter um destaque iluminação de baixo para cima destacando o forte!”. Continuando a conversa, buscou-se saber sobre a preservação do sítio arqueológico e se acreditavam que alguma instituição governamental prestava esse auxílio. Como resposta, 50% dos turistas acreditam que o forte se encontrava abandonado e 12,5% mencionaram estar em dúvidas. Para 57,1% da comunidade local, houve um desamparo das instituições governamentais sobre ele.

Dentre as interações com os entrevistados surgiu o seguinte questionamento: Como aproveitam ou interagem com a área, a qual o Fortim está situado? As respostas obtidas pela comunidade local foram de que a utilização do espaço é dada de maneira esporádica e limitada, porém nesses breves momentos, eles utilizam para lazer e descanso. Como o relato de um dos moradores: “Utilizo bem raramente, para tirar umas fotos do mar na parte da orla do Carmo, além disso, acho o lugar muito sujo”.

Após isso, foi sondado sobre qual aspecto específico os turistas/comunidade local acreditavam que poderiam ser adicionados ou aprimorados para aumentar a visibilidade e atratividade do Fortim? Dentre as respostas viu-se a busca por implementação de medidas como iluminação, para garantir uma segurança no período da noite, obras de artes, enriquecendo assim o ambiente, reajuste do parque e da academia da cidade, criação de pista de cooper e muito mais, como narra um dos turistas entrevistados, “uma nova área de lazer para que as famílias pudessem passar suas tardes ali, com um parque infantil para as crianças.

Além da liberação para algum atrativo gastronômico típico do nosso estado. E também horários de visitas com guias que conheçam verdadeiramente a história do Forte”

Na finalização do questionário semiestruturado, foi sondado se os entrevistados teriam algo a mais para acrescentar e discutir sobre o bem. Um dos turistas ressaltou que “precisamos não apenas cobrar das instituições governamentais, mas também ter a conscientização enquanto sociedade de preservar nossa história e se policiar sobre nossas atitudes.”; outro expôs que “É necessário um maior trabalho de educação patrimonial e conservação a respeito do forte, pois é um local de importância histórica para a região e merece ser tratado com respeito. Além de informar a população sobre sua importância, assim como as autoridades.”; como também: “O investimento na sua recuperação é urgente! Nós precisamos preservar o hoje para lembrar o amanhã.”. Essa última troca com a comunidade local e com os turistas foi de grande valia, pois através dos questionamentos, podemos ver o sentimento crítico e ativo neles presente.

Com os dados devidamente analisados e adaptados, foi possível notar em boa parte da comunidade ao redor do Fortim, o desconhecimento dos seus patrimônios, demonstrando a necessidade de atividades capazes de despertar o sentimento de pertencimento. Assim, as ações de educação patrimonial foram voltadas para o preenchimento dessas lacunas a fim de promover nos estudantes a necessidade de preservação do bem.

Dando prosseguimento, as atividades ocorreram junto às turmas do Fundamental II da Escola Estadual Sigismundo Gonçalves - situada próximo ao Fortim, na cidade de Olinda, em fevereiro de 2024. A ação aconteceu no turno da manhã, em duas palestras de 40 minutos cada, a primeira com as turmas do 6º e 7º anos e a segunda com as turmas do 8º e 9º anos (Figura 23), como solicitado pela gestão do colégio, para que não interferisse nas outras atividades curriculares do dia. A escolha da instituição de ensino para receber o trabalho de educação patrimonial se deu, pois, ela está situada a cerca de 500 m de distância do sítio Arqueológico Fortim do Queijo, possível rota de deslocamento dos estudantes. Além disso, assim como o fortim, a instituição está localizada na Poligonal de Tombamento do Acervo arquitetônico e paisagístico da cidade de Olinda.

Figura 23: Turmas 6º e 7º anos.



Fonte: Maria Aparecida, 2024.

No primeiro contato com os alunos, apresentou-se a equipe, composta por três pessoas, dois graduandos em arqueologia e um técnico em edificações, visto que através dos conhecimentos dessa área projetou-se a fortificação em 3D. Em seguida, foi feito um questionamento aos alunos: “Vocês sabem o que é Arqueologia?” As respostas demonstraram pouco conhecimento sobre o tema, muitos tentaram responder, entretanto, todos os resultados a associavam à Paleontologia. Logo, fez-se necessário esclarecer o que de fato ela é, qual é a sua área de atuação, bem como, a vivência de um arqueólogo em campo. Tais medidas foram implementadas visando apresentar os conceitos a serem abordados na palestra, a fim de contextualizá-los.

Dando prosseguimento às atividades, foram selecionados 2 alunos, por meio de voluntariado - possuindo poucas informações sobre do que se tratava a atividade ali realizada, com propósito de ingressar numa experiência arqueológica; despertando assim, a curiosidade dos voluntários e dos estudantes presentes. Dessa maneira, foram inseridos em uma imersão tridimensional, ao utilizar os óculos de realidade aumentada (Figura 24), fazendo com que os demais estudantes ficassem ainda mais curiosos sobre o que seria a palestra. Essa abordagem possibilitou-os o resgate das memórias e vivências no local, como também, despertou surpresa e excitação, tornando a prática estimulante e gratificante.

Figura 24: Alunos com óculos VR.



Fonte: Maria Aparecida, 2024.

Após a imersão, foram realizadas perguntas aos voluntários sobre as suas experiências e memórias vividas no local visualizado, sem mencionar o nome do mesmo para a turma. Através disso, foi possível criar um diálogo enriquecedor e significativo sobre suas lembranças, sendo citado pelos estudantes como um lugar que visitavam na sua infância. Para sanar a curiosidade dos demais, foi realizada a introdução ao Sítio Arqueológico Fortim do Queijo, através dos slides. Logo no começo da mediação, pôde-se constatar que boa parte dos estudantes reconheciam o patrimônio apresentado. Muitos deles, inclusive, afirmaram que passavam pelo local para ir à instituição de ensino.

O conteúdo apresentado nos slides, além de passar as informações históricas, através de uma linha temporal, tentou também reforçar a troca de conhecimento sobre o que seria patrimônio cultural e arqueológico, como foi visto no questionário semiestruturado utilizado, e adaptado para sala de aula. Entretanto, apesar de haver boa compreensão, acerca do que são esses patrimônios, é importante ressaltar que, em hipótese alguma deve ser dispensável essa construção de conhecimento. Tal ação, aplicada no ambiente escolar, possibilita que os estudantes sejam adultos mais críticos e conseqüentemente defensores do patrimônio a longo prazo.

Após a abordagem dos slides, foram realizadas duas filas indianas, para que todos pudessem realizar a mesma imersão 3D que os voluntários, no início da palestra. Para a primeira fila foi disponibilizado a experiência por meio dos óculos de realidade virtual (VR), enquanto, para segunda fila foi disposto um panorama 360° do forte, renderizado e acessado no notebook. Visando proporcionar uma imersão igualitária, foi realizada a troca das filas, ou seja, quem estava nos óculos de realidade virtual passou para o computador e vice-versa. Assim, todos puderam utilizar as ferramentas disponíveis.

Para finalizar as atividades de educação patrimonial, foi exposto por meio de videografia, a construção da fortificação pelo software Revit. Em conjunto, houve uma breve explicação de como foi elaborado o projeto e as dificuldades durante o processo. Além disso, foi apresentada uma maquete impressa em 3D (Figura 25). Demonstrando, assim, outra maneira de imersão, utilizando o sentido tátil, no qual puderam pegar e ver detalhadamente o macro no micro, isto é, a representação real da fortificação na palma da mão. Despertando uma memória afetiva e o sentimento de pertença. Fazendo, conseqüentemente, questionar-se sobre o seu papel como sociedade na preservação do patrimônio, tanto na esfera individual quanto no coletivo.

Figura 25: Fortificação impressa em 3D.



Fonte: Bruno Tavares, 2024.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.”

- Paulo Freire (1987, p.79)

Esse trabalho teve como propósito inserir o pensamento da comunidade nas ações de Educação Patrimonial, acreditando que, ouvindo-a, fosse possível inseri-la na luta pela preservação e pela visibilização do Sítio Arqueológico Fortim do Queijo - bem cultural em constante ameaça. Buscou-se, assim, com bases nas “conversas” com parte dessa comunidade, realizar ações de Educação Patrimonial que fossem capazes de fazer aflorar o sentimento de pertencimento e reconhecimento desse bem patrimonial, e como consequência de outros bens patrimoniais da comunidade, na busca de torná-las guardiãs da memória desses bens e agentes ativos na luta pela preservação.

A escuta da comunidade e dos turistas mediante a entrevista semiestruturada, auxiliou na construção de uma abordagem mais eficaz nas atividades junto aos alunos do Fundamental II. Houve uma troca com os estudantes que proporcionou uma construção conjunta do conhecimento patrimonial e arqueológico, tirando-os de simples espectadores e colocando-os como defensores. Fica evidente que essa troca é de suma importância, pois habilita os indivíduos tornarem-se pessoas críticas, capazes de construir suas memórias e seus patrimônios.

Como resultado direto, foi captado dos turistas e estudantes, o sentimento da importância da preservação dos sítios arqueológicos ameaçados, assim como de outros tipos de patrimônio, e ambos demonstraram através das memórias o quão significativo e necessário é o sítio arqueológico em questão. Exemplo disso, é que na entrevista os moradores e turistas sugeriram, maneiras de torná-lo mais atrativo, a fim de que mais pessoas o conheçam, ou seja, há o sentimento de usufruto, mas não há as condições necessárias para isso. Tal sentimento é tão importante pois através dele, como já foi referido, é possível contribuir na preservação do Fortim do Queijo ao longo prazo.

Dar voz e realizar ações de mediação sobre o tema, de fato é de grande eficácia, já que foi possível passar o conhecimento científico do arqueólogo, de uma maneira não dissertativa/narrativa, pois os alunos não foram tratados como depósito de informações, mas foi dado espaço para uma conversa baseada nos preceitos de uma educação libertadora, crítica e dialógica.

Tudo isso, consequência de uma metodologia capaz de ligar gradualmente todos os pontos necessários: Pesquisa bibliográfica e imagética; escolha do público-alvo para a aplicação do questionário semiestruturado; a aplicação desse questionário; captação do mesmo para as atividades de Educação Patrimonial no ambiente escolar; a aplicação das atividades em Educação Patrimonial nas turmas de Fundamental II, e finalmente, alunos familiarizados com a tecnologia e com a importância do bem patrimonial e com uma perspectiva mais crítica, com resultados claramente satisfatórios.

É necessário ressaltar que, claro, ocorreram algumas limitações e dificuldades, em relação às informações bibliográficas, como a falta de informações precisas, divergências de diversos autores, escassez de dados do Sítio Arqueológico, entre outros tantos mais. Isso evidencia o que foi retratado nesta pesquisa - a invisibilidade do Sítio Arqueológico Fortim do Queijo, mostrando grandes lacunas de informações no decorrer dos seus mais de 400 anos de “vida”.

Outra dificuldade enfrentada foi a inquietação dos alunos mais velhos do Fundamental II, as turmas dos 8º e 9º anos, já que, a princípio ocorreu uma resistência deles; fazendo com que fosse repensada a maneira de abordar o tema, para que pudesse ocorrer uma melhor interação e desempenho dos mesmos. A continuidade da aplicação das atividades, e apresentando as inovações tecnológicas e tridimensional passaram a ter interesse e se envolver.

Ao fim de tudo o saldo foi positivo, pois permitiu, mesmo que eles não demonstrassem interesse num primeiro momento, o reconhecimento de um bem arqueológico como algo que também é seu. Ficou claro, com a realização deste trabalho que é necessário que se busquem forma de tornar, não só o monumento Fortim do Queijo, mas tantos outros patrimônios, presentes em locais urbanos, mais atrativos; para que haja um maior contato da população com os mesmos, o que demanda, não apenas ações de educação patrimonial como outras de ordem política e social, para que a população possa usufruir de seus bens patrimoniais e

inserirlos no seu cotidiano, gerando um sentimento de pertencimento e responsabilização pela sua preservação.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Marcos *et al.* **Fortes de Pernambuco**: imagens do presente e do passado. Recife: Graftorre, 1999. 204 p.

ALBUQUERQUE, Umbelino Peregrino de. **Patrimônio Cultural**: uma construção da cidadania. Educação Patrimonial: Reflexões e Práticas, Caderno Temático 2, João Pessoa, p. 4-5, 2012.

BARBOSA, Antônio. **Relíquias de Pernambuco** – Guia aos monumentos históricos de Olinda e Recife. São Paulo: Editora Fundo Educativo Brasileiro, 1983.

BARRETO, Coronel Anibal. **Fortificações do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército - Editora, 1958. 250-251.

BASTIANI, Jamile de; CARDOSO, Eduardo; BRUSCATO, Léia M; SILVA, Fábio Pinto da. Tecnologias Digitais Aplicadas ao Patrimônio Histórico e à Educação Patrimonial: uma revisão da literatura. **Revista Campo da História**, v. 8, n. 2, 2023.

BIONDO, Fernanda Gabriela. **Desafios da Educação no Campo do Patrimônio Cultural**: casas do patrimônio e redes de ações educativas. 2016, p. 267. Dissertação (Mestrado) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Ministério da Educação. [s.l], 19 dez. 2018. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acessado em: 05 fev. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 11 fev. 2024.

CARVALHO, A V; A FUNARI, P P. **Arqueologia e Patrimônio no século XXI**: as perspectivas abertas pela Arqueologia Pública. In: Anais do III Encontro de História da Arte, 2007. Disponível em: Acesso em: 01 dez. 2022.

CARVALHO, A V; FUNARI, P. P. **As possibilidades da Arqueologia Pública**. história e-história, 2009.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Muralhas de Pedra Canhões de Bronze Homens de Ferro**: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2009. 3 v.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **Olinda do Salvador do Mundo**. Olinda: Editora ASA Pernambuco, 1986. 317 p.

CONSONI, Gilberto B; MARTINS, Paulo Edi R; JAPUR, Léa Maria D. **Realidade Aumentada Aplicada ao Patrimônio Histórico-Arquitetônico**: projeto de aplicação para visualização dos prédios históricos da UFRGS. RIHGRGS, Porto Alegre, n. 157 especial, p. 63-78, abril de 2020.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**: 1591-1634. 2. ed. Recife: Fundarpe, 1983. 2 v. (Coleção Pernambucana).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Barraqueiros da Sé tem prazo para a retirada**. Diário de Pernambuco, Recife, Ed. 112, p.3, agosto 1976. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=aredo&pagfis=8382
6. Acessado em: 25 jan. 2024

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **URB-Olinda derruba na marra barracas do fortim**. Diário de Pernambuco, Recife, Ed. 224, p.26, agosto 1989. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=olinda&pagfis=1578
01. Acessado em: 24 jan. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Cartas à Redação**: Fortim. Diário de Pernambuco, Recife, Ed. 302, p.4, novembro 1975. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=aredo&pagfis=7693
5. Acessado em: 26 jan. 2024.

FERNANDES, Tatiana Costa. **Vamos Criar um Sentimento ?!**: um olhar sobre a arqueologia pública no brasil. 2007. p. 211. Dissertação (Mestrado) - Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2007.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. **Educação Patrimonial**: um processo de mediação. Educação Patrimonial: reflexões e práticas, João Pessoa, Caderno 2, p. 22-29, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FONSECA, Marcos Arthur Viana da. Entre as Tirantias Holandesas e o Tirano Governador: governação na capitania de pernambuco (1645-1646). **Rev. Hist. UEG - Porangatu**, v.8, n.1, e-811913, jan./jun. 2019.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. 3ª ed. São Paulo, Editora Contexto, 2018.

GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 2, p.1-20, 2021.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999. 69p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acessado em: 07 fev. 2024.

ICAHM. **Carta Internacional para la Gestión del Patrimônio Arqueológico, 1990**. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/arch_sp.pdf. Acessado em: 20 fev. 2024.

IPHAN. **A instituição**. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. [s. l]: Iphan, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 14 set. 2023.

IPHAN. **Portaria nº 230, de 2002**. Brasília, DF, IPHAN, 2002. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf. Acessado em 11 fev. 2024

IPHAN. **Olinda (PE)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/351/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, 2003. p.11-25.

MANZINI, E.J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS**, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais... Bauru: USC, 2004.

MANZINI, E. J. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um Programa de Pós-graduação em Educação. **Revista Percursos**, v. 4, n. 2, p. 149-171, 2012

MATOS, Manuela Xavier Gomes de. **Transformações tecnológicas das fortificações portuguesas da Capitania de Pernambuco, Brasil, nos séculos XVI e XVII**. Tese (doutorado) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

NASCIMENTO, Elaine. **6 Memória e Cidade: surge uma nova olinda**. [s.l], 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11230/5/Tese%20Eliane%20Nascimento5.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

OLINDA, A cidade. **Prefeitura de Olinda**. 2021. Disponível em: <https://www.olinda.pe.gov.br/guia-turistico/monumentos/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

OLINDA, A cidade. **Fortim do Queijo, em Olinda, é novamente alvo de pichadores**. 2017. Disponível em: <https://www.olinda.pe.gov.br/fortim-do-queijo-em-olinda-e-novamente-alvo-de-pichadores/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de. **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN**. 2011, p. 13. Dissertação (Especialização) - Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2011.

PROUS, André. **O Povoamento da América visto do Brasil: uma perspectiva crítica**. Revista USP, São Paulo (34): pág.8-21, jun-ago. 1997.

SABALLA, Viviane Adriana. **Educação Patrimonial: “lugares de memória”**. Revista Mouseion, [s.l], vol.1, jun. 2007.

SCIFONI, Simone. **Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema**. Educação Patrimonial: reflexões e práticas, , João Pessoa, Caderno 2, p. 30-37, 2012.

SILVA, Leonardo Dantas. **Pernambuco Preservado: histórico dos bens tombados no estado de Pernambuco**. Recife: [S.N.], p.266, 2002.

TOLEDO, Marcos. **Mais proteção para o Fortim do Queijo: prefeitura de olinda anuncia medidas para impedir depredação do patrimônio, em especial o forte de são francisco, alvo constante de pichações**. Folha de Pernambuco. [s. l]. 16 mar. 17. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/mais-protecao-para-o-fortim-do-queijo/21188/>. Acesso em: 03 set. 2023.

TOLENTINO, Átila. **O que não é educação patrimonial**: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas, João Pessoa, Caderno 5, p. 38-48, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

TOLENTINO, Átila. **Educação Patrimonial e Construção de Identidades**: diálogos, dilemas e interfaces. João Pessoa: Revista CPC, 14 (27), 133-148, 2019.

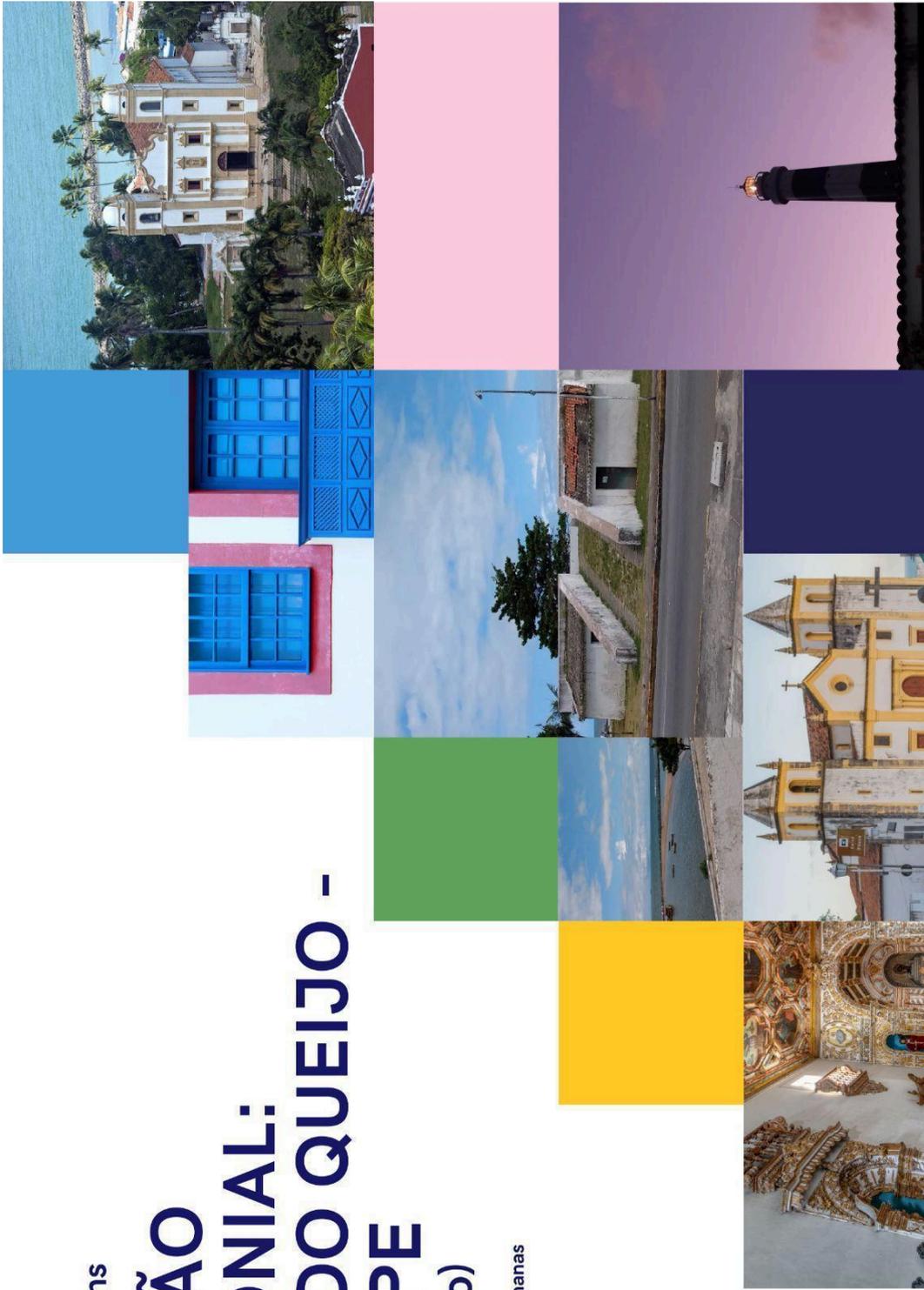
8. APÊNDICE

Apêndice 1: Slide, Fortim do Queijo (6º, 7º, 8º e 9º anos)

Discente: Eliel Martins

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: FORTIM DO QUEIJO - OLINDA-PE (Forte do Queijo)

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Arqueologia

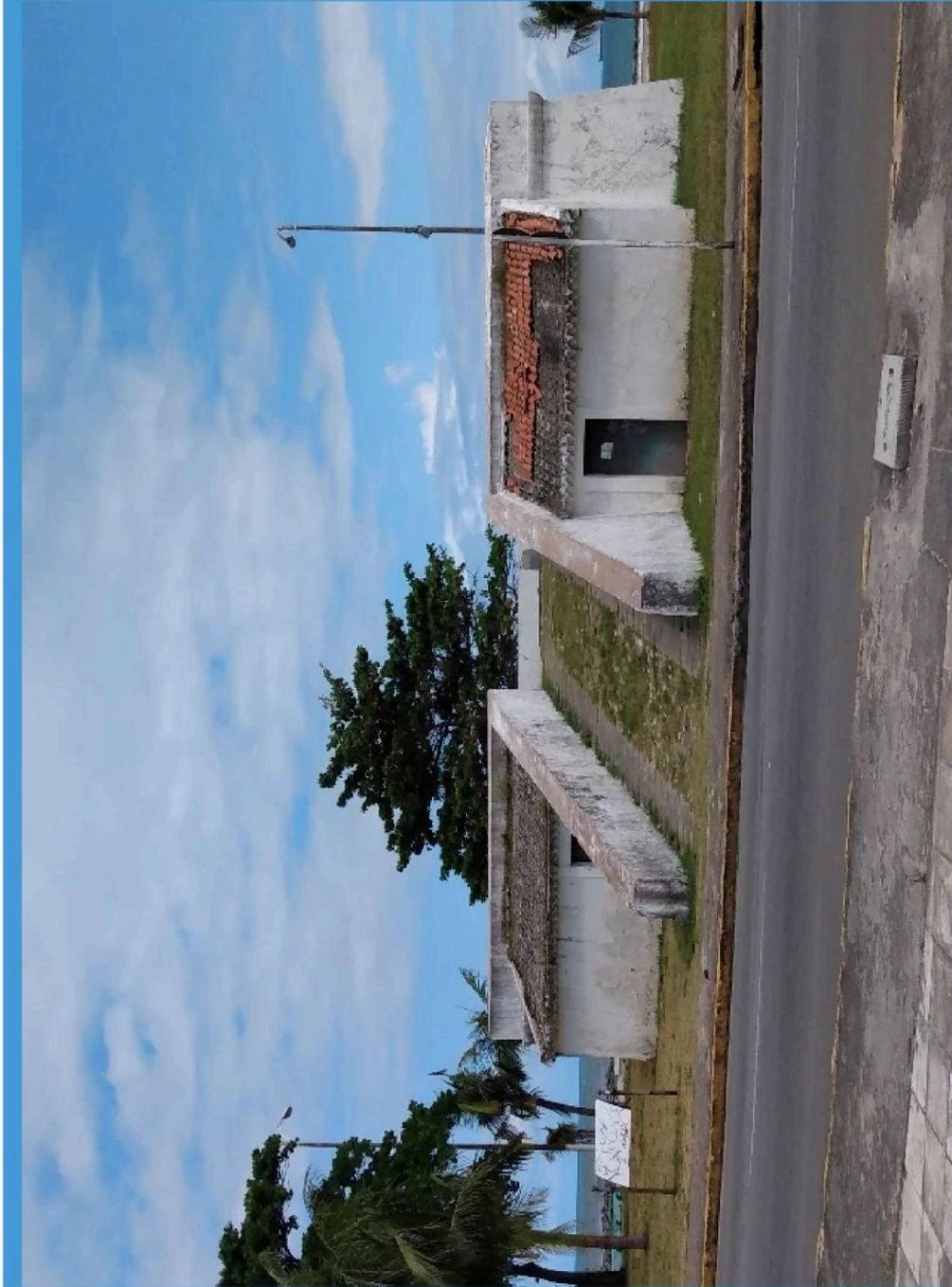


Patrimônio Cultural

Assume um valor coletivo e constitui a riqueza e a herança de um povo, por isso é importante a sua preservação (Albuquerque, 2012)

-

Patrimônio Arqueológico

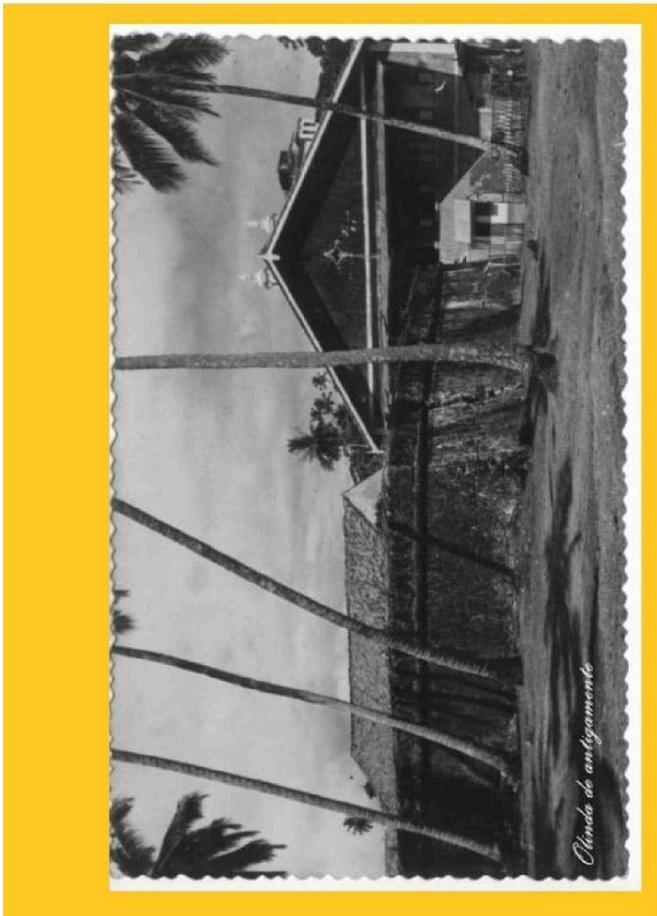
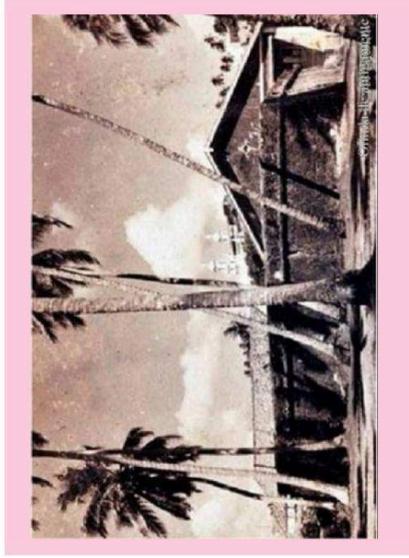


IMAGENS: ELIEL MARTINS, 2021; GETTY IMAGES, 2024; OLINDA DE ANTIGAMENTE, 2023.

LINHA DO TEMPO

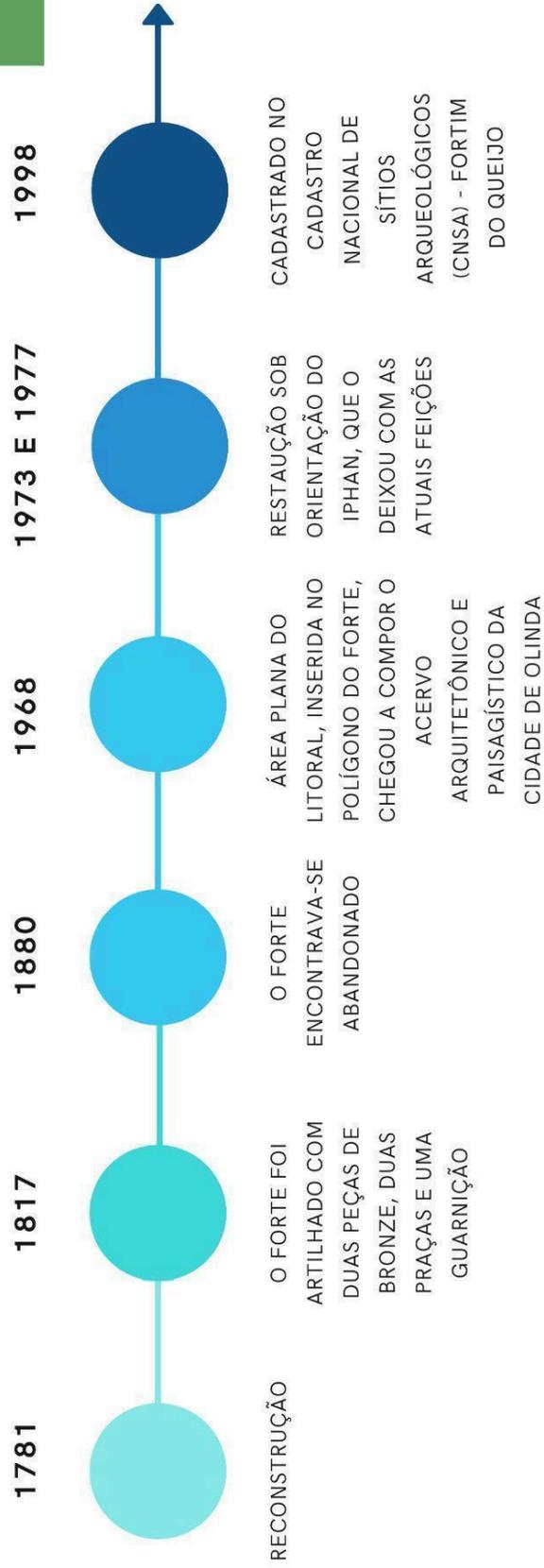
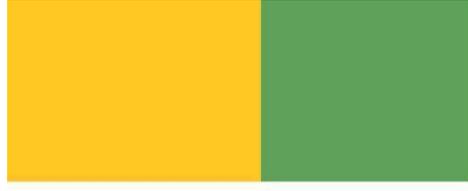
Fortim do Queijo



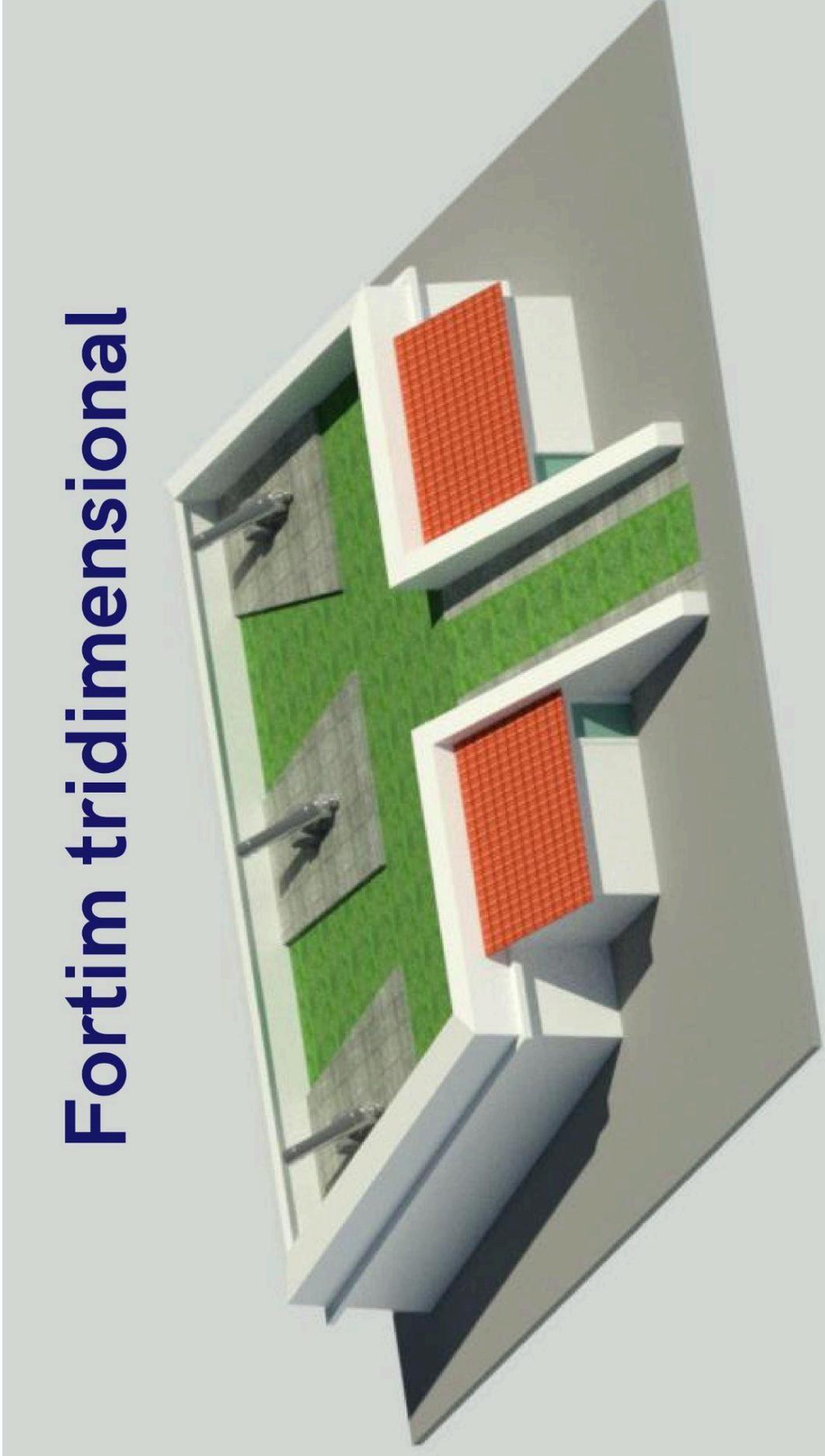


LINHA DO TEMPO

Forte do Queijo



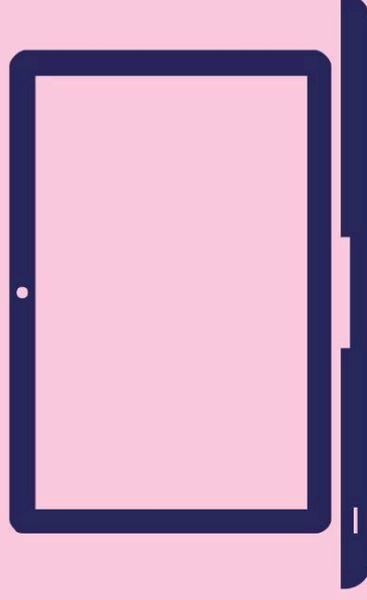
Fortim tridimensional



**IMERSÃO
TRIDIMENCIONAL**



ÓCULOS VR



3D PELO NOTEBOOK

Bibliografia

ALBUQUERQUE, MARCOS ET AL. FORTES DE PERNAMBUCO: IMAGENS DO PRESENTE E DO PASSADO. RECIFE: GRAFTORRE, 1999. 204 P.

BARBOSA, ANTÔNIO. RELÍQUIAS DE PERNAMBUCO - GUIA AOS MONUMENTOS HISTÓRICOS DE OLINDA E RECIFE. SÃO PAULO: EDITORA FUNDO EDUCATIVO BRASILEIRO, 1983.

BARRETO, CORONEL ANIBAL. FORTIFICAÇÕES DO BRASIL. RIO DE JANEIRO: BIBLIOTECA DO EXÉRCITO - EDITORA, 1958. 250-251.

CASTRO, ADLER HOMERO FONSECA DE. MURALHAS DE PEDRA CANHÕES DE BRONZE HOMENS DE FERRO: FORTIFICAÇÕES DO BRASIL DE 1504 A 2006. RIO DE JANEIRO: FUNDAÇÃO CULTURAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO, 2009. 3 V.

OLINDA, A CIDADE. PREFEITURA DE OLINDA. 2021. DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://WWW.OLINDA.PE.GOV.BR/GUIA-](https://www.olinda.pe.gov.br/guia-turistico/monumentos/)

[TURISTICO/MONUMENTOS/](https://www.olinda.pe.gov.br/guia-turistico/monumentos/). ACESSO EM: 20 AGO. 2021.

SILVA, LEONARDO DANTAS. PERNAMBUCO PRESERVADO: HISTÓRICO DOS BENS TOMBADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO. RECIFE: [S.N.], 2002. 266 P.

TOLEDO, MARCOS. MAIS PROTEÇÃO PARA O FORTIM DO QUEIJO: PREFEITURA DE OLINDA ANUNCIA MEDIDAS PARA IMPEDIR DEPREDÇÃO DO PATRIMÔNIO, EM ESPECIAL O FORTE DE SÃO FRANCISCO, ALVO CONSTANTE DE PICHACÇÕES. FOLHA DE PERNAMBUCO. [S. L.]. 16 MAR. 17. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.FOLHAPE.COM.BR/NOTICIAS/MAIS-PROTECAO-PARA-O-FORTIM-DO-QUEIJO/21188/](https://www.folhape.com.br/noticias/mais-protecao-para-o-fortim-do-queijo/21188/). ACESSO EM: 03 SET. 2021.

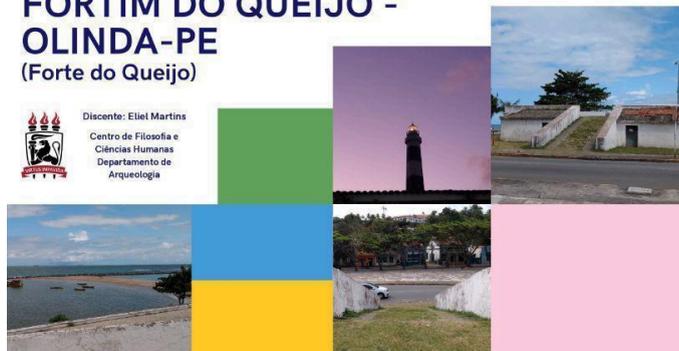
OUTROS...

Apêndice 2: Folheto, Fortim do Queijo

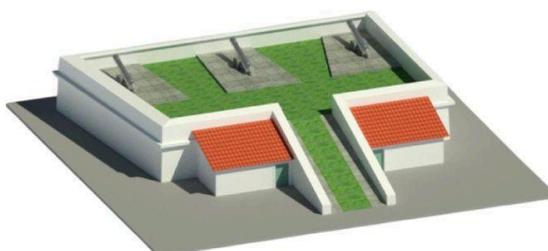
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: FORTIM DO QUEIJO - OLINDA-PE (Forte do Queijo)



Discente: Eliel Martins
Centro de Filosofia e
Ciências Humanas
Departamento de
Arqueologia



“O Fortim do Queijo foi uma fortificação militar do século XVII, utilizada para proteger a Vila de Olinda dos invasores que viriam do mar, atualmente é um Patrimônio Cultural e um Sítio arqueológico”



Leia o Código QR pelo celular e entre numa imersão 3D do Fortim



<https://pano.autodesk.com/pano.html?url=jpgs/48e5cebe-4758-4a15-b7ce-c4e26f4da976&version=2>